

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 3ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – LEITURA DE COMUNICAÇÕES

3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – IPLEMG

6 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/2/2023

Presidência da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 6 a 8/2023; Requerimento n° 91/2023 – Comunicações: Comunicações dos deputados Duarte Bechir e Ulysses Gomes – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Eduardo Azevedo e Ricardo Campos, da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Sargento Rodrigues, Raul Belém e Cristiano Silveira – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento n° 91/2023; deferimento – Questões de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

A presidente (deputada Leninha) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Gustavo Santana, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Da Caixa Econômica Federal, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 12.382 e 12.389/2022, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se aos referidos requerimentos.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

A presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 6/2023

Estabelece diretrizes para as ações do Estado voltadas para a prevenção e a detecção precoce do câncer de intestino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Nas ações do Estado que visem à prevenção e à detecção precoce do câncer de intestino, serão observadas as seguintes diretrizes:

I – incentivo à realização do rastreamento do câncer de intestino nas populações pertencentes aos grupos com maiores chances de desenvolver a doença, de acordo com as recomendações dos órgãos públicos de saúde e da Organização Mundial de Saúde;

II – garantia do acesso aos exames necessários para a detecção precoce do câncer de intestino para as pessoas com sinais e sintomas sugestivos da doença, desde que com indicação médica, e para as pessoas cujos casos estejam incluídos em protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estabelecidos pelos órgãos públicos de saúde;

III – veiculação, em caráter permanente, de informações sobre os fatores de risco que podem levar ao aparecimento da doença, suas formas de prevenção, os sintomas comuns causados pelo câncer de intestino, os exames disponíveis para a sua detecção e as vantagens de um tratamento iniciado precocemente;

IV – parcerias com entidades privadas para a realização do rastreamento e dos exames necessários para a detecção precoce do câncer de intestino.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de fevereiro de 2023.

Dr. Maurício (Novo)

Justificação: O câncer colorretal é um tumor maligno que se desenvolve no intestino grosso, isto é, no cólon ou em sua porção final, o reto. O principal tipo de tumor colorretal é o adenocarcinoma. Em 90% dos casos, esse tumor se origina a partir de um pólipó adenomatoso que, ao longo dos anos, sofre alterações progressivas em suas células. Portanto, a principal forma de prevenção do câncer colorretal é o seu rastreamento por exames como colonoscopias, visando a detecção e retiradas dos pólipos antes de se degenerarem em câncer.

Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer – Inca –, o câncer colorretal é o terceiro mais frequente entre os homens, logo após do câncer de próstata e de pulmão, e o segundo mais incidente nas mulheres, perdendo apenas para o câncer de mama.

Esse tipo de câncer atinge homens e mulheres de forma semelhante, com incidência discretamente maior na população masculina. É predominante na faixa etária adulta, principalmente a partir da quinta década de vida, sendo raro em crianças.

O teste de sangue oculto nas fezes, capaz de flagrar esse tumor precocemente, é ignorado até quando os pacientes recebem indicação para fazê-lo.

Para isso, basta realizar um exame de rotina, que avalia a presença de sangue oculto nas fezes. Ele é simples, barato, está indicado para todas as pessoas entre 50 e 75 anos e deve ser feito uma vez ao ano.

Caso o teste seja positivo, o médico indica um segundo método diagnóstico, a colonoscopia, que envolve introduzir uma pequena câmera pelo ânus para analisar as paredes do reto e do intestino grosso. Por meio de uma tela, o especialista consegue visualizar e diagnosticar inflamações, verrugas (pólipos) e até a presença de massas cancerosas.

Quando se estipula uma faixa etária de 50 anos, é determinante entender que são para casos em que não há indícios familiares, ou alterações do hábito intestinal, com alternância de diarreia e/ou prisão de ventre, dor e desconforto abdominal, presença de sangue e muco nas fezes, evacuações dolorosas, fraqueza, afinamento no calibre das fezes, perda de peso sem explicação, náuseas e vômitos e flatulência constante. Às vezes, porém, o único sintoma pode ser a presença de anemia sem causa determinada, nestes casos deve-se observar o quanto mais precoce possível, pois já há sinais contundentes da presença da doença. Porém o que se destina este projeto é diagnosticar em casos em que a doença se apresentar silenciosa, sem histórico ou sintomas para que não se agrave chegando a quadros as vezes irreversíveis.

No caso de resultado positivo ou negativo com algumas alterações, o médico pode solicitar a repetição do teste para confirmação do resultado ou a realização de colonoscopia de acordo com o histórico clínico da pessoa.

Os resultados falso-positivos são aqueles em que é detectada, por meio do teste, a presença de sangue, mas que não representa a condição do paciente. Esse tipo de resultado pode acontecer em pessoas que não se preparam corretamente no que diz respeito à dieta, tiveram sangramento gengival ou nasal, fizeram uso de medicamentos que causam irritação da mucosa gástrica ou fizeram a coleta poucos dias após o período menstrual.

Em alguns casos de resultado negativo o médico pode pedir uma colonoscopia caso o paciente esteja em alto risco de desenvolver câncer do cólon para garantir que não existem alterações, pois, embora seja raro, pode existir câncer sem que exista sangramento.

Conclui-se, diante de toda esta situação, que se observe o merecido reconhecimento de seu mérito.

Por esta razão, conto com o voto favorável dos nobres pares para aprovar a presente proposta.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Arlen Santiago. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.196/2017, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 7/2023

Institui a Política Estadual de Incentivo às Feiras Gastronômicas através do comércio de alimentos em trailers, vans, caminhões e veículos similares conhecidos como *food trucks* e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Política Estadual de Incentivo à Feira Gastronômica através do comércio de alimentos em trailers, vans e veículos similares conhecidos como *food trucks*, tendo como finalidade a implementação de calendário fixo válido para todas as cidades do Estado de Minas Gerais onde em 1 (um) final de semana de cada mês os detentores dos chamados *food trucks*, através do evento denominado “feira gastronômica”, poderão expor, armazenar e vender seus produtos em áreas públicas após comunicação e apresentação dos documentos citados abaixo junto à municipalidade local.

§ 1º – Será exigido de todos os veículos participantes no evento supraindicado prévio Certificado da Vigilância Sanitária obtido junto ao Centro de Vigilância Sanitária do Estado de Minas Gerais e laudo emitido por engenheiro de segurança devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Engenharia, bem como a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica e seu comprovante de recolhimento.

§ 2º – Os referidos certificados e laudos deverão ser renovados a cada doze meses.

Art. 2º – A Política Estadual de Incentivo ao comércio de alimentos em trailers, vans e veículos similares conhecidos como *food trucks* tem como diretrizes:

I – a ação conjunta dos órgãos públicos, em especial os ligados à cultura e à inclusão social com o intuito de oferecer aos jovens inseridos nos municípios do Estado um ambiente seguro, de alimentação diversificada e de baixo custo sem ônus ao Estado;

II – o estabelecimento de ações permanentes e articuladas entre entes públicos, privados de caráter comunitário e sociedade civil para fomentar no jovem o sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente.

Art. 3º – A Política Estadual de Incentivo às Feiras Gastronômicas através do comércio de alimentos em trailers, vans, caminhões e veículos similares conhecidos como *food trucks* orienta-se pelos seguintes objetivos:

I – cadastrar, legalizar e possibilitar ao pequeno e ao médio empresário empreendedor do ramo alimentício, através de um veículo adaptado ao comércio de rua, o devido espaço público mensal sem maiores embaraços nem necessidade de observar determinações referentes às posturas municipais consoantes às licenças de funcionamento, visto ser a feira gastronômica um evento sazonal, e não diário;

II – oferecer espaço aos jovens empreendedores para desenvolver projetos produtivos, sustentáveis, aprendendo a trabalhar com saúde e segurança, obtendo melhoria para toda a sua família e comunidade.

Art. 4º – A administração pública está autorizada a estabelecer convênios com os municípios e instituições educacionais para desenvolver, implantar e aperfeiçoar os eventos supraindicados.

Parágrafo único – O evento feira gastronômica poderá contar com o apoio em patrulhamento da Polícia Militar de Minas Gerais, desde que solicitado pela municipalidade.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2023.

Doutor Jean Freire (PT)

Justificação: As cozinhas sobre rodas oferecem um cardápio sofisticado em um mix de opções da gastronomia internacional e nacional. Esses *food trucks* vêm se tornando cada vez mais comuns no Brasil e estão atraindo muitos adeptos.

Em outros países é comum ver restaurantes que possuem unidades físicas presentes também na versão sobre rodas, o que já está ocorrendo também no Estado de Minas.

A sofisticação dos pratos vem acompanhada de outro ingrediente essencial para o sucesso do negócio: preços muito atrativos e as porções são consideradas generosas pelos consumidores.

A realização de feiras gastronômicas em um final de semana por mês possibilita ao município uma integração entre o jovem empreendedor, a sociedade civil e o comércio local, que pode se beneficiar do grande movimento que o evento por certo atrairá.

O objetivo deste projeto de lei é estabelecer uma regulamentação para essas feiras gastronômicas e para o funcionamento dos *food trucks*.

Pelos motivos apresentados, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Desenvolvimento Econômico e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 8/2023

Institui o Dia Estadual do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional, a ser comemorado anualmente no dia 13 de outubro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 31 de janeiro de 2023.

Grego da Fundação (PMN)

Justificação: A fisioterapia é uma área da saúde envolvida com o estudo, prevenção e tratamento de lesões no corpo humano decorrentes de traumas e doenças adquiridas ou genéticas. A terapia ocupacional, por sua vez, é uma área relacionada ao estudo, prevenção e tratamento de problemas físicos, mentais, emocionais e sociais que dificultam a realização das atividades diárias de um paciente. Durante o tratamento, o profissional deve buscar meios para que a pessoa, aos poucos, consiga realizar essas tarefas, garantindo assim seu bem-estar e independência. O Dia Nacional do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional foi criado por meio da Lei nº 13.084, de 8 de janeiro de 2015, como forma de reconhecer esses profissionais que tanto se dedicam pelo bem-estar e pela qualidade de vida de seus pacientes.

Desta forma, justifica-se a apresentação deste projeto para que o dia em tela figure oficialmente no calendário estadual das datas comemorativas.

Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 91/2023

Da deputada Alê Portela, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.727/2015, do deputado Léo Portela.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações dos deputados Duarte Bechir e Ulysses Gomes.

Oradores Inscritos

O deputado Eduardo Azevedo – Boa tarde, Sra. Presidenta Leninha, na pessoa de quem também cumprimento todos os deputados em Plenário. É um prazer ter a senhora à frente da presidência. Que Deus possa abençoar seus planos e projetos daqui para frente.

Bom, hoje faço meu primeiro pronunciamento, motivo de muito orgulho para a gente, de muita satisfação. Eu venho aqui hoje agradecer à Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela tamanha recepção que nos foi dada no momento de conhecimento de toda a estrutura da Casa bem como do funcionamento da mesma. Eu confesso que nós temos que dar crédito a todo esse corpo técnico, a todos os servidores porque, durante a minha vida pública, durante a minha experiência como parlamentar – antes vereador e agora deputado –, eu nunca me senti tão bem recebido como na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Então aqui ficam os meus agradecimentos a todo esse corpo técnico, a todos os servidores desta Casa por darem essa estrutura e essa recepção de tamanha importância para o nosso mandato.

A gente não pode também deixar de falar com respeito à eleição do Tadeuzinho para presidente da Assembleia. Desejo a ele toda a sorte do mundo, sabedoria e que Deus possa conceder a ele discernimento para que ele possa ser um instrumento do povo mineiro aqui na Casa Legislativa.

Eu queria agora, no meu primeiro pronunciamento como deputado, antes de mais nada me apresentar e deixar para vocês bem claro quais vão ser os pilares e os nortes que nós teremos como deputado aqui, na Casa. Bom, o primeiro deles, que a gente tem que deixar muito claro e que vai ser o pilar do meu mandato, é a Constituição Federal. O segundo pilar do meu mandato – e eu trago aqui – é a Bíblia Sagrada porque, muito antes de o Código Penal falar que é crime matar, roubar, entre outros, esse livro sagrado já deixou muito claro que isso é condenado por Deus. E o terceiro pilar do meu mandato também vai ser essa pessoa aqui: o meu irmão Cleitinho Azevedo, deputado que passou por esta Casa e fez história. Vindo de uma família tão simples, eu tenho orgulho de falar que sou irmão do Cleitinho. Sabem por quê? Porque um simples verdureiro, de uma família humilde, criado ali, no interior de Divinópolis, saiu em 2016 como candidato a vereador, quando ninguém dava sequer credibilidade para o seu nome, e despontou como o 3º vereador mais votado da história de Divinópolis. Em 2018, o Cleitinho foi o deputado estadual mais votado da história de Divinópolis, e agora, em 2022, esse simples verdureiro chega ao Senado Federal. Esse vai ser um dos meus nortes, um dos pilares do meu mandato porque, na vida pública, a gente entra para poder servir às pessoas, para poder atender as demandas da população, de forma que nós somos instrumentos para abençoar os outros. Eu digo isso porque, durante toda a vida pública do Cleitinho, eu aprendi muito com ele, aprendi como ser político, aprendi como servir as pessoas, aprendi como tratar todo mundo de forma igual porque nós, que somos cristãos, aprendemos que, no reino de Deus, nós precisamos, acima de tudo, servir as pessoas já que o nosso maior líder, que foi Jesus Cristo, serviu a todos. Por que eu falo sobre essa questão e falo com muito orgulho dele? O Cleitinho entrou para a Assembleia Legislativa e fez projetos que fizeram a diferença na vida do mineiro. Quando a gente fala da atuação do Estado, quem está lá fora sabe as dificuldades para pagar imposto, sabe a luta que é manter essa máquina funcionando, e Cleitinho, no final do seu mandato, trouxe para Minas Gerais uma questão: ele queria isentar a taxa de licenciamento e, graças a Deus, o projeto foi aprovado. Não isentou, mas diminuiu de R\$139,00 para apenas R\$33,00, ou seja, tirou do bolso do Estado R\$2.000.000.000,00 e colocou no bolso da população. É isso que nós, parlamentares, deputados, precisamos fazer. A nossa vida pública deve ser voltada para pautar projetos que diminuam a carga tributária do povo. Só quem empreende hoje no Brasil, em Minas Gerais, sabe a luta, os desafios que são empreender dentro do Estado, sabe as dificuldades que são manter um local aberto. Então por isso o meu orgulho e a minha

inspiração. Eu me orgulho de dizer, Cleitinho, que vou me inspirar aqui, dentro da Assembleia Legislativa, em tudo aquilo que você fez.

Vindo agora para a esfera do Eduardo, deixem que eu me apresente para vocês: eu sou Eduardo e fui vereador em Divinópolis durante dois anos. Durante os dois anos em que fui vereador na minha cidade, tive o orgulho de trabalhar justamente na luta pela defesa da nossa liberdade. Com essa luta, durante apenas dois anos de mandato, entramos para a história da cidade como o vereador que mais apresentou e aprovou projetos sobre liberdade econômica, liberdade da família, liberdade da criança, defesa do adolescente e dos valores cristãos. E essa bandeira nós traremos para dentro da Assembleia também. Hoje chego aqui com orgulho no peito para dizer para quem não acreditava nos três verdureiros de Divinópolis que somos pessoas simples, humildes, que sabem do seu local, sabem do papel que nós precisamos desenvolver e o mais importante nesse papel, que é aquilo que eu disse que é trazer dignidade para o povo de Minas, é lutar pela austeridade, abrir mão de certas regalias que nós não precisamos ter, para mostrar que o político está aqui única e exclusivamente para servir. Seguimos firmes nesse viés, nesse perfil de representar Divinópolis agora, mas com a responsabilidade de representar também todo o Estado de Minas Gerais.

E hoje eu já quero falar para a minha cidade de Divinópolis e para toda a região ali, já que Divinópolis é macro, é referência para mais de 54 cidades na área da saúde, que, na próxima sexta-feira, agora, o governador Romeu Zema, até que enfim, depois de muita luta, vai dar a ordem de serviço do Hospital Regional de Divinópolis, motivo de muita alegria para toda a população que sofre ali dentro da UPA com o mau atendimento. Sabemos que a questão da saúde da cidade de Divinópolis não é apenas do município, mas do Estado. E hoje, graças a Deus, o governador Romeu Zema teve sensibilidade e, na próxima sexta-feira, na parte da manhã, vai assinar a ordem de serviço para que as obras do hospital paradas há mais de 12 anos, do hospital regional, voltem, para dar dignidade ao povo de Divinópolis. Parabéns a todos os envolvidos e aos vereadores da câmara municipal que lutaram por isso. Parabéns também ao Cleitinho que, durante o seu mandato aqui, como deputado estadual, lutou muito para que esse hospital pudesse entrar na lista dos hospitais que estavam parados em todo o Estado e que iriam voltar a funcionar. Ele lutou muito. Parabéns ao deputado federal Domingos Sávio também, que teve parcela muito significativa nessa luta, e parabéns a todos os divinopolitanos, e não só os divinopolitanos, mas a toda a região Centro-Oeste, já que agora o sonho do hospital regional vai sair do papel e vai ser realidade para desafogar a UPA, desafogar a atenção primária do nosso município. E assim Divinópolis agora poderá, sim, dar mais dignidade para o seu povo na área da saúde.

Eu quero agradecer também a presença – hoje já com muito trabalho dentro do nosso gabinete – de alguns vereadores da nossa cidade que estiveram nos visitando: o grande amigo vereador Wesley Jarbas, o vereador Josafá, o vereador de Itaúna também, o Ener, e dizer a eles que nós vamos lutar pelas demandas que eles nos trouxeram a respeito de segurança pública, de iluminação do Anel Rodoviário de Divinópolis, da saúde, de construção de mais quatro postos de saúde. Estamos lutando por isso. É um prazer ter vocês aqui.

E, povo de Minas, vocês podem contar comigo sempre para representá-los, para lutar por vocês aqui. Podem ter certeza de que, enquanto eu estiver aqui, neste Parlamento, lutaremos junto aos outros deputados que defendem a mesma pauta para que projetos que venham a ferir a nossa liberdade não possam assim passar.

Sra. Presidente, muito obrigado pela cessão da palavra.

O deputado Ricardo Campos – Sr. Presidente, Sra. Vice-Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero iniciar a minha fala expressando a minha gratidão por todos aqueles que colaboraram para que eu estivesse aqui, hoje, nesta tribuna, sendo a voz da nossa gente e da nossa região, representando o Norte de Minas, o Jequitinhonha, o Mucuri, a Grande BH e a população carente que acredita que o Parlamento também é espaço de todos. Agradeço, primeiramente, a Deus, e a cada um dos mais de 43 mil eleitores que deram a condição para que um trabalhador pudesse hoje ocupar a tribuna da Assembleia. Quero manifestar a cada um deles a minha

gratidão e reconhecer cada abraço, cada voto de confiança, cada expectativa depositada, que fizeram com que hoje nós pudéssemos ser mais uma voz do cidadão mineiro, que tanto sonha com o Estado mais justo e mais democrático.

Quero, de forma especial, agradecer a toda a população da minha amada São João da Ponte e de toda a região, que sempre acreditou na nossa capacidade e na nossa condição de poder ocupar esta tribuna. Também faço um agradecimento especial a toda a equipe dos mandatos que sempre percorremos, em especial aos meus amigos, grandes companheiros, ao meu amigo deputado federal Paulo Guedes, ao meu amigo e ex-deputado Virgílio Guimarães, que tanto acreditaram na nossa candidatura. Agradeço por todo o apoio e por todo exemplo de construção na minha trajetória política.

Quero, gente, narrar um pouco a nossa trajetória, a trajetória de um jovem da classe trabalhadora, de uma família tradicional na política norte-mineira, mas que, assim como todo trabalhador, necessitando galgar voos maiores na vida profissional, ingressou, aos 14 anos de idade, como trabalhador mirim desta conceituada Casa. Eu tenho orgulho de falar que sou um filho da Assprom, um filho da Assembleia, um servidor vocacionado que aqui estou por 20 anos, desde *office boy*, estagiário, assessor parlamentar, tendo tido a oportunidade de ocupar espaços valorosos em governos pelos quais passamos, como diretor-geral do Idene, como diretor da Copasa, e poder assim, presidenta Leninha, saber o valor que é a execução da política pública afirmativa na vida de quem mais precisa.

Deixo o meu agradecimento a cada uma e a cada um dos servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; aos meus amigos da Assprom; aos nossos amigos da faxina; aos nossos colaboradores das terceirizadas; à equipe da comunicação e do jornalismo; até ao nosso diretor-geral, que sempre nos acolheu tão bem durante a nossa trajetória como trabalhador mirim. Parte do que sou, parte do trabalhador que sempre fui é parte daquilo que aprendi com vocês. A minha eterna gratidão. Agradeço às equipes do deputado Virgílio Guimarães; as do deputado Paulo Guedes; aos nossos colaboradores; aos nossos vereadores; aos nossos prefeitos; às nossas lideranças. A minha gratidão por nos colocarem nessa condição de hoje, por podermos estar aqui sendo uma voz do povo mineiro no Parlamento, mas, mais do que isso, trazendo o nosso compromisso, companheiro Leleco, o compromisso de estarmos diariamente lutando em favor da democracia, lutando para que o Estado promova as políticas públicas que levam a qualidade de vida para a população que mais precisa. Podem ter certeza de que o nosso mandato será um mandato de diálogo, de transparência, de coerência nas atitudes que levam o Estado a promover a melhoria da qualidade de vida o povo. Assim, nós esperamos estar aqui, no dia a dia, promovendo o debate democrático à sociedade, fazendo com que o Estado cumpra a sua obrigação legal de fazer com que o povo seja incluído no orçamento.

Colocaremos como pauta principal do nosso mandato a valorização dos nossos servidores do Estado, a valorização da juventude e a oportunização para que todos que, assim como eu, iniciaram a vida profissional como trabalhador mirim possam ser o que quiserem. Se um trabalhador mirim hoje tem a condição de ocupar um espaço na tribuna da Assembleia, que todos eles possam ser aquilo que quiserem e possam ter sucesso em suas vidas. Mas iremos, mais que isso, trabalhar aqui, presidenta Leninha, para que a Assembleia promova de fato os debates sobre aquilo que o Estado deveria cumprir e não cumpre. Nós não podemos tratar o problema de falta de água nas comunidades rurais meramente com soluções paliativas de emenda parlamentar. Nós temos que exigir que o Estado cumpra a garantia constitucional e coloque como recurso exclusivo de saúde o saneamento rural. Água é vida, água é saúde, e nós não podemos aceitar que mais de 1 milhão de mineiros não tenham água de qualidade nas suas respectivas residências rurais.

Pautaremos o desenvolvimento regional. Nós realmente temos que promover uma equidade de recursos. Não é justo, deputada Macaé, que apenas as grandes cidades, os grandes polos, que concentram as grandes indústrias, as grandes riquezas, tenham recursos aportados pelo Estado meramente para eles. Os grotões também merecem ser incluídos no orçamento. E aí, deputada Beatriz, nós precisamos dialogar permanentemente para que o Fundo de Erradicação da Miséria realmente cumpra o papel dele, que é promover o acesso às políticas públicas de saúde, de educação, de segurança, e tantos outros desenvolvimentos que o Estado não faz.

Nós queremos aqui trabalhar para que o nosso Norte de Minas, o nosso Jequitinhonha e Mucuri não fiquem meramente no discurso como espaço de promoção.

Queremos aqui, como bem colocou o nosso colega Oscar, promover que o Estado cumpra agora, na melhor oportunidade da vida do Estado, quando vemos o governador falar que o Estado vive uma situação economicamente perfeita, o desenvolvimento da estrada da produção, o asfaltamento de mais de 48km, que vão ligar Capitão Enéas a São João da Ponte, que vão ligar São João da Ponte a Varzelândia e Verdelândia, fazendo ali o cinturão da produção do Projeto Jaíba, escoando a produção do Norte de Minas. Que realmente saia do papel a tão sonhada obra da MG-479, que ligará Januária a Chapada Gaúcha, por asfalto, até Brasília, promovendo também o desenvolvimento da região.

E mais ainda, aproveito também para trazer aqui uma boa notícia: com o esforço do nosso companheiro, deputado federal Paulo Guedes, juntamente com o Ministério da Infraestrutura e das Cidades, nós teremos, por fim, a tão sonhada obra da BR-135, o trecho que liga Itacarambi a Manga, sendo efetivado. O governo anterior não dispôs de orçamento suficiente para sequer dar ordem de serviço. Mas, com o esforço do nosso companheiro, deputado Paulo Guedes, com o prestígio da nossa região pelo nosso presidente Lula, foram aprovados, no orçamento suplementado pelo novo Congresso, os recursos suficientes, companheira Macaé, que darão condição de termos ordem de serviço, o mais breve possível, para realizar um sonho de mais de 50 anos de uma região do extremo norte, que ficou lá esquecida pelos governos que por aqui passaram.

O nosso mandato será um mandato de defesa da democracia, será um mandato de diálogo permanente, e, mais ainda, de promover que as pessoas sejam incluídas no orçamento. O nosso papel aqui, companheiro Leleco, será também de tratar a questão da regularização fundiária. O Estado, que possui uma secretaria com afincos para fazer aquela vocação, armazena mais de 5 mil títulos parados em gavetas, enquanto a população carente precisa receber seus títulos para ter condições de acesso à renda, de ter uma moradia mais digna, de ter acesso a créditos.

Nós iremos aqui trabalhar muito, deputada Leninha, nossa presidenta, para fazer cumprir o regime democrático de direito. A nossa participação na eleição da Mesa diretora desta Casa foi de tamanha simbologia, de podermos ver hoje uma mulher, guerreira, negra, ocupando esse posto tão importante para nós; de podermos ver um conterrâneo norte-mineiro, jovem, na presidência desta Casa; e de vermos aqui mais deputados jovens, de primeiro mandato, que também trazem todos os aspectos da nossa sociedade. Hoje nós acreditamos que teremos um Parlamento de muito debate ideológico, de muito debate democrático, mas de muito respeito.

Pode ter certeza de que nós estaremos aqui fazendo os enfrentamentos ideológicos, mas também iremos respeitar os pontos de vista naquilo que nós acreditamos que seja justo. Também estaremos aqui vigilantes, acompanhando a execução orçamentária de tudo aquilo que é obrigação. Nós não podemos percorrer as nossas estradas sabendo que, a cada curva, a cada canto, temos buracos, temos risco de vida, enquanto um Estado possui mais de R\$1.000.000.000,00 em caixa, numa secretaria, para dar condições de infraestrutura suficiente para a mobilidade dos nossos cidadãos. Nós não podemos permitir que o Estado que possui receita suficiente para poder dizer que está vivendo uma fase superavitária não possa garantir aos seus servidores a condição digna de trabalho; não possa garantir os projetos de extensão, os projetos de apoio universitário para a Universidade Estadual de Minas Gerais – Uemg –, para a nossa Unimontes, que há anos sofre com defasagem de recursos. Iremos aqui, presidenta Leninha, trazer para o Parlamento aquilo que nós vivemos no dia a dia nas ruas, nas periferias, nas comunidades rurais: aqueles desejos da população que tanto sonha em ver realmente os seus anseios superados.

Digo mais, deputada Lohanna, o apoio à cultura regional, o apoio à juventude, o apoio ao esporte e lazer não podem ser meramente tratados com emenda parlamentar. Nós iremos trabalhar com o seu apoio e de tantos outros valorosos deputados e deputadas para que realmente o orçamento seja efetivado, para que realmente o quinto constitucional não seja somente para os amigos do rei. Nós queremos aqui fazer com que o debate democrático e ideológico fuja da tribuna e vá para a prática, porque é na prática que

os trabalhadores brasileiros, que os trabalhadores mineiros pagam impostos. E são os impostos que garantem o funcionamento da máquina do Estado e a nossa estadia aqui.

Então eu quero muito conclamar cada um dos nobres colegas para que nós possamos ter essa reflexão e realmente, juntos, possamos promover para que as ações do Estado cheguem para quem mais precisa. Que nós tenhamos um governo que faça com que o orçamento seja cumprido à risca naquilo que é obrigação, que as prioridades sejam as do povo e não as de um projeto de lei ou de outra ação legislativa e que realmente nós possamos, juntos, dialogar permanentemente para priorizar aquilo que é mais essencial.

Por fim eu quero aqui dizer a vocês da minha imensa alegria, do meu imenso orgulho e gratidão a Deus, a toda a minha família, a todos os meus amigos e a todos vocês por estarem comigo nesse dia de hoje, um dia que eu sempre sonhei que chegasse. Quando eu entrei aqui com os meus 14 anos de idade, a forma como eu fui recebido nesta Casa fez com que eu visse que aqui havia um espaço de associar a vontade de uma classe trabalhadora a uma vocação política de poder um dia ser parlamentar. Para mim, isso só me faz lembrar de que todos os dias de trabalho, de esforço e de luta valeram a pena e muito mais valerão por aquilo que nós iremos fazer.

Quero aqui aproveitar e saudar nossos amigos e companheiros que estão nos prestigiando nesta tarde, meu amigo vereador Sílvio Luiz, de Monte Azul; nossa amiga, vereadora combativa a favor do povo de Matias Cardoso, Pretinha; está ali o nosso vice-prefeito Sinvaldo, de Mamonas; e tantas outras lideranças que têm nos prestigiado, mais do que isso, pautado os assuntos de interesse do seu povo, pautado os assuntos que nós iremos trazer diariamente aqui, para esta tribuna, aqui, para as nossas comissões. Iremos requerer do governo do Estado que cumpra as suas obrigações. O poder emana do povo e o Estado, através dos representantes, tem a obrigação de fazer cumprir e valer as leis.

Eu quero, por fim, agradecer a cada um dos nobres parlamentares pela acolhida que têm nos dado e dizer que eu espero que nós possamos, nesta legislatura, fazer aquilo a que realmente nos propusemos: fomos eleitos pelo povo para trabalhar mais ainda para a sua inclusão no orçamento. E aproveito a oportunidade para parabenizar a Mesa eleita e todos os meus colegas desejando um mandato de muita paz e muitas bênçãos. Muito obrigado.

A deputada Bella Gonçalves – Vamos lá, gente! Boa tarde. Boa tarde para todo o mundo. É uma alegria e uma grande responsabilidade fazer a primeira fala, o primeiro pronunciamento na tribuna de uma casa tão importante para a democracia, para os direitos dos mineiros e das mineiras. A Casa Legislativa, como a gente costuma dizer, é a Casa do povo, mas desde que entrei aqui percebo que há tantas formalidades que o povo às vezes não se sente muito à vontade. Então eu vou pedir licença para fazer aqui, da minha forma, os cumprimentos, porque essa é a minha forma também de construir política, lutando para que o povo ocupe este lugar, para que a política não seja um espaço de um grupo seletivo de pessoas, para que a política possa ser vista como um ato de todas as pessoas, da maioria do povo brasileiro, para que a gente consiga romper as distâncias e as cercas que separam espaços institucionais, como a Assembleia Legislativa, dos movimentos populares, das comunidades, das famílias, das pessoas que precisam deste espaço aqui para ver suas vidas alteradas, não é? Então, da minha forma, eu queria começar desejando a todos os deputados e deputadas eleitos pelo voto popular sabedoria e comprometimento para que a gente possa construir, junto, políticas relevantes para Minas Gerais, respeitando as nossas divergências ideológicas. Que a gente não abra espaço para que este Parlamento seja o lugar da violência política. Ele tem que ser o lugar da democracia, da discordância saudável entre nós, para a gente conseguir construir sínteses melhores para nosso povo.

Desejo também força para a Mesa. Parabéns à Mesa da Assembleia. Em especial, envio um abraço quente para a Leninha, que ocupa essa cadeira histórica como a primeira mulher negra vice-presidenta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas que também tem o desafio de estar numa Mesa diretora masculina na sua maioria. Então, força Leninha! Um abraço quente e conte com todas nós, mulheres, para fortalecer sempre esse espaço que você conquista, mas que também, juntamente com você, conquistam as mulheres de Minas Gerais. Isso é muito importante.

Também faço um agradecimento especial aos trabalhadores da Assembleia Legislativa: o pessoal da faxina, os jovens aprendizes, o pessoal do café, a Polícia Legislativa, toda a equipe do Legislativo e da área administrativa da Casa que nos recebeu a nós, novatos – ainda ficamos um pouco perdidos nos corredores –, com tanta paciência e com tanto cuidado, não é, Macaé? Estamos aí nesse processo de aprendizado. Então eu queria agradecer a esses trabalhadores e trabalhadoras da Assembleia. Por fim, quero agradecer às pessoas que confiaram em mim e me elegeram para este mandato. A gente espera que seja um mandato feminista, popular, de luta, diverso.

Quero agradecer em especial aos movimentos sociais que acreditaram nesse projeto; às Brigadas Populares, que são a organização de onde eu venho; ao MTST. Quero agradecer também o apoio do MST, o apoio da população LGBTQIA+, dos povos de terreiro, do movimento socioambiental e de tantos outros que quero que tenham no meu mandato um mandato deles, um mandato de movimentos sociais. É com essa outra política que tem o pé no barro, com ações concretas, que a gente pretende fazer a diferença aqui, neste espaço.

Eu queria destacar uma outra questão importante que talvez nunca tenha acontecido aqui, na Assembleia. Eu sou a primeira mulher – e digo com orgulho – LGBT aqui. Em tantos anos de Assembleia Legislativa, nós nunca tivemos alguém que viesse à tribuna falar da visibilidade dos nossos corpos, dos nossos desejos. A nossa forma de amar, de ser e de existir é política e é importante. Então, ser a primeira pessoa LGBT aqui representa muito e traz mais diversidade para este espaço do Parlamento, que representa, na verdade, a diversidade de Minas Gerais. Então é uma alegria também ser uma entre as 15 parlamentares mulheres e fazer parte da maior bancada de mulheres da história de Minas Gerais. São 77 deputados e 15 mulheres. A gente comemora, mas sabendo que o nosso desafio, na próxima legislatura, é, no mínimo, dobrar, não é companheiras? Vamos fazer um trabalho para que mais mulheres ocupem a política e para que a gente não só ocupe a política, mas reverta o fenômeno terrível da violência contra a mulher e do feminicídio. Isso é uma coisa que unifica todas as mulheres – mulheres de esquerda, mulheres de centro, mulheres de direita. Tenho trabalhado de forma coletiva para enfrentar a violência contra a mulher. E o desafio é grande. Minas Gerais foi o Estado que mais teve feminicídios no Brasil. Isso não é um acaso. Isso tem a ver com o desmonte das políticas de proteção à mulher. Isso tem a ver com a insuficiência das delegacias de proteção à mulher, com falta de programas de moradia que garantam moradia para mulher em situação de violência, com o aumento da vulnerabilidade da nossa população. Como mulheres, espero que a gente consiga, junto, atacar isso.

Volto um pouquinho à questão de ser uma mulher LGBT. Estes dias, encontrei a Flávia Tambor, uma grande amiga, que construiu o mandato municipal aqui, em Belo Horizonte, quando era vereadora junto comigo. Hoje ela é chefe de gabinete da ministra Anielle Franco, que nos dá muita alegria. Ela olhou para mim e falou: “Bella, quem diria, hein? Nós, aqui, da Rua da Lama para a Assembleia Legislativa”. Para quem não conhece, a Rua da Lama era um espaço escondidinho, onde as mulheres lésbicas, em especial as mulheres lésbicas negras, periféricas, encontravam-se para existir, para paquerar, para trocar ideia, enfim para enfrentar também suas violências. Era um espaço de invisibilidade. E a gente migrar da Rua da Lama, esse espaço de invisibilidade, primeiro para a Câmara Municipal – fui também a primeira mulher lésbica da Câmara Municipal – e hoje para a Assembleia Legislativa é fundamental para que a gente consiga reparar uma dívida histórica que esse espaço tem com a população LGBTQIA+. Há uma dívida histórica porque os direitos garantidos que a população LGBT tem, na maior parte das vezes, têm a ver com interpretações da Constituição, que são feitas pelo STF. O direito ao casamento civil, entre outros direitos, como a retificação de nome e gênero nos documentos de registro, foram garantidos pelo STF, mas o espaço legislativo ainda tem sido um espaço de obstrução de direitos para essa diversidade. E por que ser e amar pode ser uma ameaça a outra pessoa?

Eu acho muito importante que a gente consiga romper isso aqui. Conto com o apoio daqueles aliados e aliadas para que possam fazer essa luta ecoar aqui, dentro da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Porque, ao contrário do que eles dizem, nós não somos minoria. E, quando eu digo “nós”, eu falo: mulheres não são minoria, LGBTs não são minoria, juventude não é minoria, indígenas não são minoria, a população negra não é minoria. Nós somos amplas e diversas maiorias sociais. Quando estamos

articuladas, temos a capacidade de modificar a situação do nosso país. Minorias, muitas vezes, são mais representadas em espaços legislativos como este, onde a maioria são homens, às vezes, mais velhos, com um pouco mais de dinheiro. Isso é a minoria do País.

Então é muito importante que a gente mude o nosso vocabulário e pare de chamar essas pautas de “pautas minoritárias”. Nós somos maiorias e estamos articuladas para transformar também os espaços de poder. E esta é uma das nossas missões aqui, não é Macaé, Lohanna, Bia e tantas outras mulheres, Jean e companheiros aqui dentro? Para que a gente converta as maiorias sociais também em maiorias políticas.

Eu venho há mais de uma década na luta junto ao movimento por moradia, junto às ocupações urbanas, aos movimentos de sem-teto. Também luto pelo direito ao transporte coletivo gratuito, bom e barato, de preferência gratuito, porque a população não merece pagar taxas altas para viver de ônibus lotado. Enfrentamos, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, a máfia do transporte na CPI do Transporte, CPI do Ônibus, e queremos trazer esse debate aqui, para a Assembleia Legislativa. Também queremos – e temos esse compromisso junto com o meu companheiro Leleco – refletir sobre a política habitacional e de regularização fundiária em Minas Gerais.

Não sei se os senhores, as senhores, se todo mundo sabe, mas Minas Gerais é o 3º estado com mais pessoas sem casa; o 3º estado com maior déficit habitacional no Brasil é este. Meio milhão de pessoas não têm onde morar, pagam muito caro; às vezes, tiram comida de dentro de casa para pagar um aluguel ou mesmo estão indo para situação de rua. E como tem crescido a população em situação de rua nas cidades mineiras! Enquanto isso, a gente percebe empresas importantes como a Cohab serem desmontadas. A gente entra no site da Companhia de Habitação de Minas Gerais e, em vez de pensarem novos empreendimentos para garantir moradia popular, a gente lê lá “oportunidade”, “vendem-se lotes em Santa Luzia”, “vendem-se lotes em Sabará”. Não são lotes para serem vendidos para a especulação imobiliária em um estado com meio milhão de pessoas sem casa. Isso é muito sério, gente.

Minas Gerais é um estado desigual. Belo Horizonte, que é onde está a Assembleia Legislativa, concentra recursos e concentra também poder político. E, mesmo numa cidade como a nossa, nós temos comunidades, como as ocupações da Izidora, na região Norte de Belo Horizonte e que eu acompanho desde a barraca de lona, que ficam meses sem acesso à água. Como pode um estado rico, uma cidade rica não oferecer água para uma população que já está lá há 10 anos? Se isso acontece na capital do nosso estado, que dirá nos interiores e nas outras regiões! Então, lutar por saneamento, por moradia, por garantia de luz vai ser, de fato, uma luta concreta que nós vamos fazer aqui, dentro da Assembleia.

Precisamos avançar – e estou vendo que meu tempo está se esgotando um pouquinho também – numa discussão aqui, em Minas Gerais, sobre justiça fiscal. Não só em Minas Gerais, mas no Brasil. A gente precisa discutir, de forma muito relevante, a questão da justiça fiscal e tributária. Os pobres no nosso país e no nosso estado pagam impostos desproporcionais, enquanto, muitas vezes, os poderosos renunciam a recursos que poderiam servir à população, como o que foi feito na Lei Kandir. E agora querem impor ao Estado um Regime de Recuperação Fiscal que de recuperação fiscal não tem nada; é um regime, na verdade, de massacre social. Nós vamos lutar também aqui contra a forma como esse regime estava sendo colocado.

A gente precisa desconstruir o mito de que Minas Gerais depende da mineração. A mineração representa uma porção pequenínssima do PIB do Brasil. Está atrás do turismo e atrás da cultura. Ainda assim, as mineradoras têm tentado dominar o governo de Minas Gerais e espaços como a Assembleia Legislativa. As mineradoras têm produzido mortes no nosso estado que não podem prosperar. Por isso a gente aqui tem o compromisso, junto com vários outros deputados e deputadas, de construir uma frente de enfrentamento à mineração e de luta por territórios livres de mineração, luta por justiça socioambiental. Isso é fundamental.

Minas Gerais tem 1.700.000 pessoas que passaram fome no último ano. A situação da fome tem a ver com o avanço do agronegócio, mas tem a ver também com o esgotamento de políticas sociais e assistenciais – outro tema que a gente pretende atacar, de forma muito central, aqui, na Assembleia Legislativa. Por isso, um dos primeiros projetos de lei que nós apresentamos foi o projeto das cozinhas solidárias, iniciativas da sociedade civil que precisam virar leis concretas na nossa cidade.

Essa e muitas outras vão ser as nossas atuações aqui, na Assembleia. Como diria Milton Nascimento, “ponha fé na vida, ponha os pés no chão”. A gente põe não só o pé no chão, mas o pé no barro, o pé nas ocupações, o pé nos assentamentos, o pé também na purpurina LGBT para modificar este espaço.

Obrigada pela parceria e pelo acolhimento de todo mundo. E vamos firmes da luta.

O deputado Sargento Rodrigues – Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e público que nos acompanha pelas galerias e também pela transmissão ao vivo da TV Assembleia.

Sra. Presidente, eu queria, primeiro, desejar boas-vindas aos nossos colegas deputados e deputadas que assumem os seus respectivos mandatos para esta legislatura. Sejam todos muito bem-vindos. Esperamos poder aqui contribuir e também participar deste aprendizado conjunto que é o exercício do mandato parlamentar. Todos nós aprendemos um pouco todos os dias, assim como os professores e professoras aprendem todos os dias com os seus alunos. E aqui também é um compartilhamento de ideias, de posições, de sugestões e de proposições permanentemente. O Parlamento é muito rico nesse sentido. Então queria desejar a todos que sejam muito bem-vindos e que a gente possa fazer cada vez mais uma Minas melhor.

Sra. Presidente, eu queria aqui fazer a leitura de um ofício, pois já iniciamos o nosso mandato com essa preocupação, até porque o teor do ofício é o dispositivo de uma lei de nossa autoria, a Lei nº 24.260, se não estou equivocado a Lei nº 75 que este deputado conseguiu aprovar aqui, no Parlamento, durante essas seis legislaturas passadas. Então a Lei nº 24.260, de 26/12/2022, fundamentou o ofício, e nós da mesma forma desejamos ao governador Romeu Zema e à sua equipe também que possam fazer um bom trabalho, e que, acima de tudo, para que esse bom trabalho e para que a política pública, seja ela em qualquer área do governo, possam ser levados a efeito, seja na educação, na saúde, na segurança, no meio ambiente, no transporte, ou seja, em qualquer área, é necessário o reconhecimento e a valorização dos servidores públicos civis e militares do nosso estado. Portanto, Sra. Presidente, faça aqui a leitura do requerimento que está sendo protocolado na data de hoje junto ao governador Romeu Zema.

“Belo Horizonte, 8/2/2023. Exmo. Sr. Governador, apresentamos cordiais cumprimentos. Venho à presença de V. Exa. solicitar esclarecimento quanto à mora do Poder Executivo em relação à divulgação e envio a esta Casa Legislativa do percentual acumulado do índice de revisão geral anual de seus servidores nos termos da Lei nº 24.260, de 26/12/2022”. Assim, faço a leitura do dispositivo, art. 1º: “O Poder Executivo divulgará até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano o percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração dos seus respectivos servidores, a que se refere o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição da República, relativo ao exercício anterior”. E o que diz o inciso X do art. 37 da Constituição da República? “É assegurada a revisão geral anual aos servidores.” Em síntese, o que nos interessa no dispositivo da lei. “§ 1º – a divulgação a que se refere o caput será realizada na internet e em outros canais de comunicação; § 2º – as informações a que se referem o caput serão enviadas pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais até o último dia do mês de janeiro de cada ano, por meio de comunicação oficial.” Até o presente momento, Sr. Governador Romeu Zema e Sra. Secretária de Planejamento e Gestão, Dra. Luísa Barreto, a Assembleia não recebeu qual foi o índice de inflação acumulado do exercício de 2022 para efeito da revisão geral anual dos seus respectivos servidores.

Segundo a citada norma, o Executivo deverá divulgar até o último dia do mês de janeiro na internet e em outros canais de comunicação o percentual a qual o servidor teria direito como reposição se o texto da Constituição Federal fosse cumprido. Portanto, o apelo que nós fazemos aqui no primeiro dia em que ocupo a tribuna desta Casa, com muito orgulho, com muita satisfação, é solicitar neste momento ao governador Romeu Zema e à sua secretária de Planejamento e Gestão que cumpram o dispositivo da Lei nº 24.260, de 26/12/2022. Cumprida a lei, o governador estará informando qual é a inflação que foi aferida através do IPCA a que os respectivos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual têm direito e que, por dever constitucional, o governo tem que cumprir.

Concedo um aparte com muita satisfação. É uma honra, deputado Caporezzo, ter V. Exa. aqui ombreando conosco no Partido Liberal, com a nossa bancada, dentro do nosso bloco, que será lido daqui a pouco pela presidente desta sessão, presidindo aqui

os trabalhos da Casa. É com muito orgulho que nós recebemos V. Exa. aqui, no Plenário desta Casa. Peço a Deus que o abençoe grandemente com muita saúde, com muita energia positiva e com bastante discernimento, para que possa abrilhantar esta Casa com o mandato de V. Exa. Concedo um aparte a V. Exa.

O deputado Caporezzo (em aparte) – Muito obrigado, Sargento Rodrigues. Boa tarde, presidente; boa tarde, pares aqui e deputado. É uma grande satisfação ser saudado assim pelo Sargento Rodrigues, porque eu já estive na condição de ser eleitor enquanto cabo da Polícia Militar e respeito o trabalho que tem realizado em favor da corporação e da segurança pública.

Bem, tenho que tocar o dedo numa ferida séria aqui. Mas, antes de mais nada, vou começar falando o que o meu amigo Eduardo Bolsonaro sempre fala: “Fora, Lula!”. Qual é a ferida? Bem, o Projeto de Lei nº 3.842, lá na Câmara dos Deputados, em Brasília, da comunista Alice Portugal, agora está prevendo – e foi aprovado em uma comissão e vai para a votação em plenário – pena de detenção para os pais ou tutores que não vacinarem os seus filhos com a vacina de Wuhan. Bem, isso aí fere direitos humanos básicos. E não para por aí, ela vai além. Ela também fala que quem disseminar *fake news* a respeito da vacina será punido. Ou seja, nós vamos criar agora o ministério da verdade, conforme a distopia de George Orwell, no livro 1984. É o nome do livro. Isso aí é um absurdo, e num momento em que o mundo inteiro – só não o Brasil, porque a mídia brasileira é um lixo – está chocado com as denúncias envolvendo o nº 03 da Pfizer. Jordan Walker, que foi filmado por uma jornalista disfarçada de amante, falou o seguinte: “Nós estamos estudando o desenvolvimento de mutações para o vírus para, com isso, vender vacinas e desconfiamos que foi o que aconteceu inicialmente na China, em Wuhan”. Isso aqui é um fato, é uma declaração, saiu na Fox News e foi denúncia do Projeto Veritas. Infelizmente, a mídia brasileira, que é chapa branca, não fala nada a respeito do assunto. Mas eu não vou deixar aqui, enquanto deputado, esse assunto morrer, sabendo que muitas pessoas foram mortas ao serem inoculadas com essa vacina, como é o caso do jovem Bruno Graf, um jovem de apenas 28 anos, que teve uma trombose após tomar a AstraZeneca. Isso aí foi comprovado. Eu não estou falando de achismo.

Então, nessa hora, os “coronalovers”, amantes da pseudociência, se calam. Mas comigo aqui isso não vai acontecer. A direita vive em Minas Gerais! Obrigado pelo espaço, presidente.

O deputado Sargento Rodrigues – Eu queria, deputado Cristiano Caporezzo, corroborar as afirmativas que V. Exa. traz aqui – inclusive, a denúncia é gravíssima –, até porque parece que a ilustre deputada federal não procurou se escudar do ponto de vista legal no que diz respeito não só às cláusulas pétreas da Constituição da República, mas também ao capítulo especial previsto no art. 226 da Constituição da República, a saber, o inciso V – cláusula pétrea –, porque os juristas, os doutores, os PhDs em direito trouxeram esse dispositivo e o chamaram de cláusula pétrea. “Pétrea” vem de “pedra”, petrificou, é intocável, é imutável! Então não é o legislador derivado ou reformador que pode propor uma proposta de emenda à Constituição da República que a poderá alterar. Qualquer estudante de direito do 4º período já sabe disso, qualquer estudante de direito sabe disso. Portanto, há um dispositivo, que é cláusula pétrea da Constituição da República, que diz o seguinte no art. 5º: “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. A proposta apresentada pela deputada que V. Exa. citou – e eu prefiro nem nominá-la – não encontra respaldo que diga respeito ao art. 226.

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. É proteção, não é uma invasão! Não é o Estado adentrar a sua casa, a minha casa ou a casa ou o domicílio ou o lar de quem quer que seja, para dizer se você vai vacinar ou não o seu filho. Eu tenho um filho de 3 anos e não vou vaciná-lo, porque entendo que a vacina não é o mais adequado, até porque quanto tempo levou para produzir essas vacinas? Antigamente levava-se 20 anos, 30 anos. Aí, de uma hora para outra, fabricaram vacina. Será que ninguém parou para pensar nisso? Por que produziram a vacina tão rapidamente? Quais os efeitos que ela causará? Aí, quer agora... E ainda prevê uma detenção para quem educa. Quem sabe da dor dos seus filhos, Marli, é você como mãe, é o pai. Quem sabe quem está passando febre de madrugada, quem tem que acolher no colo, no peito, com carinho, dia e noite, quantas noites, é você mãe, é

pai, não é o Estado. Mas, infelizmente, nós estamos vivendo um mundo sombrio, mas muito sombrio, Caporezzo, a ponto de a gente ter uma parlamentar usando as suas prerrogativas para propor tal matéria.

E parece que o negócio está contaminando tanto que eu trago aqui uma denúncia, inclusive um pouco diferente dessa, mas que viola também a Constituição da República. E aí viola todos nós, deputados e deputadas, sem distinção e sem coloração partidária. Estamos diante de um concurso público aqui, na Assembleia, promovido pela Fumarc, em que duas questões colocadas nas provas, uma na do ensino médio; a outra, na do nível superior, falam que o deputado que apresentar projeto inconstitucional é quebra de decoro parlamentar. Olha, onde é que essa Fumarc está com a cabeça? São duas questões: uma no nível médio, a outra no nível superior, no concurso público, desta Casa, em andamento. Já comuniquei ao Sr. Wanberto, diretor adjunto; farei ofício, vou solicitar ao presidente desta Casa, a nossa 1ª-vice-presidente, que fiquem atentos. Desde quando apresentar um projeto que vem ao encontro ou que venha a contrariar dispositivos... Será que alguém, na Fumarc, não sabe que existe uma Comissão de Constituição e Justiça para fazer o controle preventivo de constitucionalidade? Diz a prova que a questão certa é “quebra de decoro parlamentar”.

Eu imagino que essa deputada citada pelo ilustre deputado Caporezzo já estaria no conselho de ética e decoro, mas é óbvio. É óbvio que não! E aqui já começo a falar que não. Por quê? Porque não é um projeto inconstitucional que um deputado possa apresentar, de que a CCJ exerce controle preventivo de constitucionalidade, e aí nós temos outros mecanismos jurídicos para, seja ele incidental ou não, arguir a inconstitucionalidade de uma futura lei, você tem o MP, você tem a Defensoria, você tem uma série de órgãos e instituições que poderiam fazê-lo, e associações em nível nacional. Então, nós estamos aqui diante inclusive... Mas, quando a gente percebe que até as questões, deputado Caporezzo, a formulação das questões tem viés político-ideológico de esquerda. De esquerda! Então, eu quero aqui deixar que a denúncia é grave. Já imaginou, deputado, V. Exa. apresenta um projeto, e a CCJ fala: “Esse projeto é inconstitucional”. Aí chega um maluco aqui e o denuncia no Conselho de Ética. Já imaginou um negócio desse? É brincadeira, não é? São duas questões que eu trago aqui.

Então, eu queria dizer que é grave a denúncia. O nosso 1º-secretário, deputado Antonio Carlos Arantes, se faz presente na sessão. Eu estarei oficiando o presidente da Casa e o diretor-geral para que tomem providência imediata para anular as questões do concurso em andamento. Jamais um deputado poderá responder: “Ah, mas o Regimento Interno...”. O Regimento Interno não está acima das prerrogativas previstas nos artigos e nos dispositivos da Constituição da República e da Constituição do Estado no que trata da imunidade material e formal dos senhores e das senhoras parlamentares.

Então que fique aqui dado o recado à Fumarc, para que proceda imediatamente à anulação dessas questões que estão em andamento. São essas as minhas falas da data de hoje, presidente. Volto a desejar a todos aqui, deputados e deputadas, que possam fazer os mandatos produtivos em defesa de Minas Gerais. Muito obrigado.

O deputado Raul Belém – Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Quero cumprimentar aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, cumprimentar os servidores desta Casa. Presidente Leninha, quero cumprimentá-la e parabenizar a nova Mesa diretora desta Casa, parabenizar o nosso presidente Tadeu Martins Leite. À Mesa diretora, quero desejar muito sucesso, muito êxito. Da mesma forma, quero cumprimentar as colegas e os colegas deputados, os que já faziam parte desta Casa, os que estão chegando. Quero pedir a Deus que abençoe todos nós nesta jornada, que nós possamos fazer o melhor para o povo de Minas Gerais, que nos deu a oportunidade e confiou a nós a chance de estar aqui. Então que estes próximos quatro anos possam ser anos produtivos em favor do povo de Minas Gerais.

Eu fico muito feliz quando vejo, entre as novas e os novos deputados que chegaram, muitos que passaram pela prefeitura. Está aqui o nosso colega deputado Adriano Alvarenga, que foi prefeito de Rio Casca. Temos outros deputados prefeitos. Acabei de assinar ali uma lista para o Rodrigo, que foi prefeito também de Andradadas, para formar uma frente – obrigado, deputada Beatriz –, para formar uma frente parlamentar em defesa dos municípios. Está aqui também o nosso amigo Marquinho Lemos, que foi prefeito. Eu, como deputado municipalista, entendo que precisamos nos unir. É nas prefeituras, nas cidades que as coisas acontecem.

Precisamos fortalecer os municípios mineiros, precisamos fortalecer os municípios mineiros. Logo que cheguei a esta Casa, no mandato passado, nós tínhamos uma luta, que era colocar em dia aquilo que o governo do Estado devia aos municípios, e isso foi conseguido muito graças à união dos parlamentares desta Casa, porque todos não arredaram o pé. Só daríamos continuidade a qualquer assunto ou questão quando tivéssemos resolvido os problemas dos débitos do governo do Estado com os municípios.

E assim aconteceu, resultando em um grande acordo, que trouxe um alívio aos caixas das prefeituras. E hoje a gente percebe, graças a Deus, as prefeituras em uma condição um pouco melhor. Nós temos outros grandes desafios neste momento, e tenho certeza de que todas as deputadas e os deputados estão cientes sobre as questões das nossas estradas, que é um dos desafios. Nós precisamos agir com rapidez para dar uma resposta em relação às estradas de Minas Gerais. Foram muitos anos sem investimento nessas estradas, e nós temos a maior malha rodoviária do Brasil. As nossas estradas se deterioram, e nós estamos em uma condição precária. Vidas estão sendo perdidas todos os dias em acidentes por causa das condições ruins das nossas estradas.

Então nós não temos mais tempo para resolver esse problema. É um problema que eu entendo que vem se arrastando há muitos anos: pouco investimento e as estradas se acabando ao longo do tempo. Algumas concessões foram assinadas. No caso do Triângulo Mineiro, para quase 400km, foi assinado um contrato de concessão que provavelmente deve começar no próximo dia 15; e, no caso do Sul de Minas, também foi assinada uma concessão de mais ou menos 400km. Mas nós precisamos de efetividade, de recurso para o DER.

Eu estou saindo daqui mais uma vez e indo para o DER, porque eu estou batendo ponto no DER todos os dias, deputada Lud, e V. Exa., que é da nossa região, sabe da condição das nossas estradas. Então estamos todos os dias no DER, e assim cumprimento a equipe do DER e cumprimento o seu diretor-geral, o Rodrigo, mas, infelizmente, sem dinheiro, não há como fazer nada. Então nós precisamos que o governo do Estado defina imediatamente uma fonte de recurso e de investimento para que nós possamos socorrer as nossas estradas, para que nós possamos melhorar as condições das estradas. Não dá mais para só tapar buraco, não dá mais para tapar o sol com a peneira. Agora é preciso investimento mesmo, não é?

Existem algumas parcerias público-privadas, e cito algumas da nossa região que têm dado certo, como usinas de álcool e açúcar, mas, mesmo assim, se formos depender somente dessas parcerias, se não houver recurso público investido nessas estradas, nós não vamos chegar a lugar nenhum; nós vamos recapear alguns quilômetros por ano, mas a conta nunca vai fechar; nós vamos recapear 1.000km, vai haver 2.000km deteriorados, e por aí vai. Então é preciso agir de uma forma enérgica, buscando recursos, mesmo que, para isso, seja preciso recorrer a financiamento e a empréstimo.

O momento, gente, é este: nós estamos perdendo vidas todos os dias, e as estradas estão intransitáveis. Em Minas Gerais geralmente acontecia o seguinte: quando as rodovias estaduais estavam melhores, as federais estavam péssimas; quando as federais estão melhores, as estaduais estavam péssimas. Agora nós estamos em um momento em que todas estão péssimas: as federais e as estaduais. E aqui também eu faço um chamado ao governo federal, especialmente ao ministro Renan Filho, que assumiu a Infraestrutura, para que possa olhar com carinho para as nossas estradas federais, as nossas rodovias federais: as concessões que foram abandonadas no meio do caminho, a 262, a 153, rodovias que precisam que o governo ou ceda novamente por meio de concessão ou de fato as assumam e comece a trabalhar nelas. Se você ou eu pegarmos... Na semana passada, fui daqui para Araguari. A 262, depois que passamos por Nova Serrana, está em completo abandono. Aí depois você pega as rodovias estaduais: um completo abandono. Você pega a 365: um completo abandono. Então eu convido os colegas para que nós possamos nos unir. Se tivermos que fazer uma reunião com o governador Romeu Zema, vamos até ele, vamos mostrar a nossa indignação com essa condição das estradas e exigir uma resposta rápida do governo do Estado, que é o que nós podemos fazer. E, quanto ao governo federal, da mesma forma – eu acho que inúmeros deputados e deputadas têm acesso também ao governo federal: que nós possamos nos unir e buscar alternativa, porque eu acredito que nenhum estado está vivendo as condições das estradas de Minas Gerais.

Eu quero aproveitar o final do meu tempo para agradecer ao povo mineiro por nos confiar mais este mandato, para agradecer à minha terra natal, Araguari. Nós saímos de lá com uma das maiores votações da história. Sou o deputado estadual mais votado no Triângulo Mineiro. Afirmamos o nosso compromisso com o povo da nossa região, com o povo do nosso estado. Quero dizer que nós, com certeza, da mesma forma que empenhamos todos os nossos esforços e dedicamos a nossa vida aqui nos últimos quatro anos, pelo nosso povo, agora, com um pouco mais de experiência, pretendemos, da mesma forma, correr atrás, ajudar os municípios, ajudar o nosso povo, cobrar do nosso governo um olhar mais social, um olhar mais social para o nosso estado. Nós temos pessoas em condições de extrema pobreza em Minas Gerais, nós temos pessoas que estão vivendo momentos muito difíceis. O governo Zema é um governo que fez um excelente trabalho; considerando as dificuldades encontradas no primeiro momento, fez um excelente trabalho, mas nada é tão bom que não possa melhorar – e muito –, e nós precisamos avançar em pautas que são prioritárias para o nosso estado, pautas como a educação.

Aqui eu vejo a deputada Beatriz e outros deputados que são defensores assíduos de uma área que é a forma de nós mudarmos a nossa sociedade para melhor, não é? Esse é um longo caminho, e talvez ninguém queira enfrentar esse longo caminho, mas é o caminho que nós temos: cuidar das nossas crianças, cuidar dos nossos jovens, dar condições, realmente ir atrás de onde está o problema, e não nos ausentar dos problemas ou deixar apenas que eles venham até nós.

Aqui nós temos deputados de todas as regiões da nossa grande Minas Gerais. Eu tenho certeza de que o povo mineiro está muito bem representado. Que Deus abençoe todos nós. Vamos em frente, vamos à luta, vamos trabalhar e vamos entregar aquilo que o povo de Minas Gerais espera de nós, que é trabalho, que é um olhar carinhoso, um olhar bondoso, misericordioso para o nosso povo. E vamos fazer a diferença, se Deus quiser.

Que Deus abençoe a todos. Um grande abraço. Muito obrigado, Sra. Presidente; obrigado, ex-secretária, deputada Macaé, que eu tive o privilégio de receber em Araguari quando era prefeito; meu amigo Cristiano Silveira. Vamos em frente e vamos buscar sempre união e harmonia para resolver os problemas de Minas Gerais. Um grande abraço.

O deputado Cristiano Silveira – Sra. Presidenta, deputada Leninha; deputada Macaé; nobres colegas. Primeiro quero aqui falar da alegria de poder voltar a esta tribuna já na condição de deputado empossado para o nosso terceiro mandato. Já tinha tido a oportunidade de agradecer ao povo de Minas Gerais assim que nós fomos reeleitos, mas agora também quero fazer aqui um compromisso, mais um compromisso: de a gente continuar trabalhando, tendo um mandato que lute pelas causas sociais, que lute contra a desigualdade; um mandato que esteja alinhado à defesa da democracia do nosso país; um mandato que aprofunde a importância das políticas públicas, deputado Ricardo, nas questões da inclusão social das pessoas com deficiência; e que a gente possa também, acima de tudo, continuar fazendo a firme e a forte fiscalização do dinheiro público, a boa fiscalização das ações do Poder Executivo, algo que ninguém pode nos tirar. E muito mais que isso: temos que fazer isso por força e obrigação de ofício, deputado Leleco, que é o que consta na Constituição. Portanto, eu quero dizer que o nosso mandato vai ter este perfil: mandato combativo, alinhado com as causas sociais, mas que não vai abdicar hora nenhuma de fazer as cobranças que são importantes aqui com relação ao governo do Estado.

Eu só queria, antes de entrar aqui na pauta que me trouxe a esta tribuna, fazer somente um comentário. No final do ano passado, eu tive a oportunidade de participar do lançamento da nova etapa do processo de produção da vacina pela Universidade Federal de Minas Gerais, com a presença do ministro da Ciência e Tecnologia, o ex-ministro que se tornou senador, o ex-ministro Marcos Pontes, e, naquela ocasião, deputada Beatriz, que acompanha tão bem os projetos naquela instituição, foi apresentada uma das etapas mais importantes do processo de desenvolvimento da vacina, que é a testagem dos voluntários humanos. E, para a minha surpresa... A gente estava na apresentação, deputado Jean, da primeira vacina, não só mineira, mas da primeira vacina brasileira. É claro que alguém pode perguntar o seguinte: “Mas a Butanvac não foi a primeira vacina?”. No que diz respeito à produção do ciclo completo da vacina, a vacina contra covid da UFMG é a primeira do Brasil. Todas as vacinas que nós usamos aqui por todos esses

anos sempre tinham algum tipo de componente, o IFA, qualquer tipo de componente que não era produzido no solo nacional, no solo brasileiro. Então, olhe que coisa importante: da Universidade de Minas Gerais, das terras do povo mineiro, da academia da ciência tão negada – não é? – pelo governo passado, nós teremos aí a primeira vacina 100% nacional, 100% brasileira, que vai nos dar expertise para a produção das demais vacinas, porque, uma vez que se adquire a expertise do processo, você consegue replicá-lo.

Estou dizendo isso porque, depois de termos vivido um momento tão dramático no nosso país, em que mais de 700 mil pessoas perderam a vida, boa parte por negligência, boa parte por negacionismo, boa parte porque o governo preferiu a política da morte. Ninguém quis pagar propina na dose da vacina, portanto a vida das pessoas custou menos de US\$1,00. A gente vive um tempo melhor, um tempo em que a ciência vai voltar a ter protagonismo e a gente vai voltar a cuidar da vida.

Estou, aqui, gente, também para fazer uma cobrança ao governo do Estado de Minas Gerais, novamente, não é? Estou me referindo à questão das rodovias mineiras, que é uma tragédia, um caos. A sensação que dá para quem roda pelo nosso estado é que jogaram uma bomba nas rodovias do Estado de Minas Gerais. É uma buracada! Se você observar de fora o planeta, você acha que está observando a lua. Minas Gerais acabou, deputado Jean. Eu vi, inclusive, que V. Exa. gravou um vídeo na região do Vale do Jequitinhonha fazendo a denúncia da situação de uma das estradas. Nos últimos dias, pessoal, olhem o que nós fizemos de solicitação ao governo de manutenção: BR-265, de São João del-Rei a Barbacena. “Mas, deputado, é uma rodovia federal”. É rodovia federal, sim, mas me espanta que o governador, tão amigo de Jair Bolsonaro, durante quatro anos, não pediu ao menos que o governo cuidasse das nossas rodovias. Na verdade, eu fiz muito esta pergunta: o que justificava o apoio de Romeu Zema a Jair Bolsonaro, já que não havia um prego do governo federal aqui, no Estado de Minas Gerais? Então, nessa relação, nessa amizade, nessa relação tóxica entre o governo do Estado e o antigo governo federal, as estradas federais também ficaram abandonadas. Mas não tem problema, não. Nós já conversamos com o ministro dos Transportes e ele vai incluir essa rodovia aqui nas obras emergenciais de 100 dias do governo do presidente Lula. Mas aí, nas rodovias estaduais: a MGC-383, que liga Madre de Deus à Piedade do Rio Grande; a MG-030, que liga Congonhas a Ouro Branco, deputado Leleco – eu sei que você também tem lutado muito por essa obra; a MGC-146, de Passos a São João Batista do Glória; a MGC-482, de Porto Fino a Viçosa; a MGC-181, de Brasilândia de Minas a Bonfinópolis de Minas; a MGC-167, de Santana da Vargem a Três Pontas, na região de Varginha; a MG-114, no Vale. Aí, gente, Nossa Senhora! Eu vou ficar falando aqui o dia inteiro. Isso tudo aqui, deputado Betão, são pedidos que a gente recebe de socorro, de socorro. É pneu furado, carro estragando, ambulância que não chega a tempo, comprometimento do custo de transporte dos fretes, das cargas, onerando o preço final para o consumidor, pela situação das estradas. E o governo nada faz.

Acho legal quando o governo vai para a imprensa e fala assim: “Recorde, R\$2.200.000.000,00 de superávit”, enquanto não consegue tapar sequer um buraco nas rodovias, não tapa os buracos que há nas rodovias. Então, honestamente é um governo que... Eu não sei se é um problema da reeleição, porque, em alguns casos, quando o governante é reeleito, ele fica meio desanimado e não trabalha como trabalhou da última vez. O governador parece que não está ligando para isso. Eu até vi que o governador recebeu um senador de Minas Gerais, e aí eu falei o seguinte: “Bem, o governador está conversando com o senador. Aí, possivelmente, o governador deve estar falando das obras, das rodovias, da necessidade de desenvolvimento econômico. O governador deve estar falando de projetos prioritários para Minas Gerais, não é? É esse que deve ser o teor da conversa”. Não, o que vi, na rede social, é o governador fazendo um desafio com o senador, vendo quem ficava mais tempo na prancha, vendo coisas... Olha, gente, governador tem que governar, tem que aproveitar a oportunidade de conversar com os nossos senadores, com os nossos deputados para que ajudem a viabilizar os recursos para cuidar de Minas Gerais. E não foi isso que o governador fez.

Tenho que dizer de outra coisa, de outra postura do governador de Minas Gerais, que tem nos preocupado. O governador esteve em Teófilo Otôni, fazendo uma visita ao hospital regional e falou o seguinte: “Agora, nós vamos retomar a obra do hospital regional, que foi abandonado pelo governo do PT”. Mentira, mentira. Essa obra, deputado Leleco, foi iniciada no governo do PSDB, pelos companheiros do PSDB que compõe a base do governo Zema, aqui, hoje, na Assembleia Legislativa. Ela foi iniciada por eles,

não foi iniciada por nós. Inclusive, eu fiz um desafio para o governador, que é o seguinte: “Se achar uma obra do governo do PT, que ele pegou, sem acabar, sem terminar, que ele grave um vídeo e mostre para nós”, mas obra dos outros não. Evidentemente, com a crise que se abateu sobre o nosso país, com o golpe contra a presidenta Dilma, com o cerceamento a Minas Gerais, com a crise econômica e financeira que se abateu sobre nós, tudo isso não nos permitiu avançar, mas, pelo menos buraco na estrada a gente tapava, sabe, Leleco?

Agora, o governador, que ficou quatro anos e um mês – agora um pouco mais de um mês –, ou seja, um mandato maior do que o do PT, não bateu um prego nos hospitais, com a arrecadação maior, porque, só para início de conversa, nem dívida com a União pagava, porque nós conseguimos aquela liminar, no final de dezembro de 2018, que suspendeu o pagamento da dívida com a União. Então, quer dizer, ali já havia folga. Inclusive é bom o servidor saber: só começou a pagar em dia porque a liminar que foi feita no nosso governo já estava sendo aplicada no início do mandato dele, lá em 2019.

O deputado Ricardo Campos (em aparte) – Agradeço o aparte, deputado Cristiano, nosso presidente, e queria reforçar aqui o seu apelo trazendo também as reivindicações com relação à precariedade das estradas norte-mineiras. Na MG-122, que liga Janaúba à divisa com a Bahia, o tapa-buraco está sendo feito com pó de brita – há vídeo circulando nas redes sociais da região –, o que mostra o total descaso do Estado com aquela região tão sofrida. Assim como nós temos também a MG-403, de São João da Ponte a Capitão Enéas e Varzelândia, e tantas outras estradas.

Quero aqui, presidente, nosso presidente do Partido dos Trabalhadores, Cristiano, lembrar que, além disso, da falta de compromisso do governo do Estado para com as nossas regiões, com as nossas estradas, com os nossos hospitais, nós temos centenas de convênios do governo federal, ainda à época do presidente Lula e da presidenta Dilma, com recursos vigentes em contas do Estado que sequer foram executados nos últimos quatro anos. A citar um exemplo, o Programa Leite pela Vida, que dispõe de mais de R\$16.000.000,00, deixados ainda na nossa gestão, enquanto estive lá como diretor-geral do Idene, e que, em quatro anos, mais de 80 mil crianças deixaram de ser beneficiadas mensalmente com acesso à condição nutricional melhor, com a garantia do Programa Leite pela Vida, o nosso PAA Leite.

Então, presidente, é muito boa a sua lembrança aqui dessas cobranças, que eu endosso. E espero que nós possamos aqui lembrar que o presidente Lula, em menos de 90 dias de governo, já trouxe vários benefícios à população, para tentar melhorar a vida do nosso povo. Muito obrigado.

O deputado Cristiano Silveira – Muito obrigado, deputado Ricardo. Eu já estou aqui concluindo o meu pensamento.

Para você ver, no momento em que o deputado Ricardo fazia o aparte, o pessoal começou a mandar mensagem aqui: “Deputado, lembre de falar também da MG-280, que liga Alto Rio Doce a Dores do Turvo”. (– Intervenção fora do microfone.) Não é, Leleco? Então, olhem a situação, gente. Para vocês verem que não estou falando mentira, não. Está chegando aqui, o celular está pipocando. E aí o governador prefere ficar fazendo prancha em vez de ficar cuidando das estradas.

Aí eu fiz um desafio. Eu falei assim: então vou fazer um desafio também, eu vou entrar na brincadeira do desafio. O desafio é o governador pegar o carro – carro, não é ir de avião ou de helicóptero, não – e rodar por essas rodovias que eu listei. E filmando e gravando, mostrando para nós que não, que o deputado é mentiroso, que a rodovia está ótima, que não há um buraco. Aí eu vou ficar...

Não, deputada Lohanna, mas, olha só, ele podia nos responder a esse desafio. Esse desafio é que interessa para Minas Gerais, gente. O que interessa para o povo é saber como é que põe remédio na farmácia, como que se acaba com as filas de cirurgia. Ao falar em filas de cirurgia, Leleco, boa notícia: o presidente Lula está anunciando que, depois de tanto tempo, nós vamos diminuir as filas com o recurso para zerar as filas de cirurgias eletivas.

Pois bem, então eu trago aqui esta mensagem, gente, de que a gente precisa cobrar do governo para que cuide de Minas Gerais, cuide das ações de Minas Gerais. Está na hora de o governo descer do palanque. Não para de falar em PT. Quer dizer, a

campanha acabou. Quem ganhou a eleição tem que resolver problema. Ninguém fica vendo o presidente Lula falando de Bolsonaro, porque ninguém quer mais falar de Bolsonaro também. E ele agora diz que é italiano, Betão, que não é brasileiro, não. Os patriotas têm que ficar preocupados, porque ele falou que é italiano. Tomara que vá para lá!

Então, meus amigos, eu queria trazer essas questões, dizer que o nosso mandato vai ter este posicionamento de fazer a boa cobrança ao governo, de apresentar projeto de lei, de trabalhar aqui, junto com o nosso bloco, com a nossa bancada, em defesa de Minas Gerais, em defesa da democracia. E encerro aqui sendo lembrado pelo colega Leleco, que também é membro da direção estadual do Partido dos Trabalhadores, que nós vamos completar 43 anos, gente; 43 anos mudando a história do Brasil, 43 anos sendo o partido, a opção, da classe trabalhadora, 43 anos sendo a opção que fez este país ser feliz outrora e que vai fazer este país feliz de novo. O Partido dos Trabalhadores é o único partido que, ao longo da sua história, conseguiu vencer cinco eleições, Leleco. E, desde 1989, da reabertura da democracia, em todas as eleições presidenciais, ou ficamos em primeiro ou ficamos em segundo. E novamente, para a tristeza daqueles que já tinham declarado, anunciado o fim do PT – e fizeram isso várias vezes –, fica aqui a boa notícia de que iniciamos 2023 com o governo do Partido dos Trabalhadores, do presidente Lula. É isso aí! Viva a esperança, viva a esperança! Obrigado, presidenta.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

A presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Decisão da Presidência

A presidência, tendo em vista o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.727/2015, do deputado Léo Portela, determina, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, sua anexação ao Projeto de Lei nº 2.026/2015, do deputado Elismar Prado, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 8 de fevereiro de 2023.

Leninha, 1ª-vice-presidente, no exercício da presidência.

Leitura de Comunicações

– A seguir, a presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelo deputado Ulysses Gomes, informando que o bloco formado pelas Federações FE Brasil e Psol Rede passa a denominar-se Bloco Democracia e Luta.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, a presidente defere, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 91/2023, da deputada Alê Portela, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.727/2015.

Questões de Ordem

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidenta, pedi a palavra pela ordem porque vou encaminhar à Mesa uma consulta. Vamos ver regimentalmente quais são os nossos limites neste tapete vermelho. Eu posso ocupar o microfone, dizer “o meu filho, minha regra” e, portanto, incentivar que famílias deixem de vacinar suas crianças, sendo obrigatórias várias dessas vacinas? Porque a legislação estabelece a obrigatoriedade de várias vacinas. Então, qual é o nosso limite neste Plenário quando eu coloco em dúvida uma vacinação diante de uma pandemia que matou mais de 700 mil pessoas, diante de centenas ou milhares de crianças que estão órfãs, de centenas e milhares de casas mineiras que perderam os seus entes queridos? Mas a gente põe em dúvida a vacinação, ou seja,

põe em dúvida a ciência e traz para o tapete vermelho da Assembleia Legislativa de novo o negacionismo, a ideia de que “eu posso decidir matar o meu filho”. Porque, com a não vacinação, é disso que estamos falando: do direito de decidir pela morte do seu filho ou da sua filha, dizendo ao pai ou à mãe que a sua liberdade é tão absoluta que ele pode decidir sobre isso. Porque, se nós colocássemos essa fala em outros momentos, nós estaríamos dizendo então que, quando a vacinação contra o sarampo e contra a paralisia infantil, que hoje são obrigatórias e em algum momento da história enfrentaram resistências... Os pais têm o direito de optar pela paralisia permanente dos seus filhos? Os pais têm o direito de dizer que o seu filho pode, sim, pegar sarampo e o resultado que vier? Nós, que financiamos o Sistema Único de Saúde, temos que financiar o negacionismo daqueles que não vacinam e, portanto, crianças e adultos vão para o Sistema Único de Saúde, enquanto nós e toda a sociedade vamos pagar essa conta? Então quais são os nossos limites, enquanto parlamentares que estamos ao vivo numa TV pública, ao dizer para os pais sobre o direito que eles têm de não vacinar os seus filhos? Esse é um debate que nós precisamos fazer porque somos invioláveis no Parlamento – e isso é importantíssimo –, mas quais são os limites éticos de a gente dar a ideia de que a vacina não é eficaz? De trazer a dúvida de que aquela vacina mata? E de trazer a dúvida de que o pai ou a mãe têm o direito de não vacinar o seu filho? Assim, a gente vai voltar com a paralisia infantil, nós vamos voltar com o sarampo, nós vamos voltar com tudo quanto é doença que nós já tínhamos tirado do nosso mapa porque a ciência, até pouco tempo atrás – até 2018 – era respeitada. Ela passou a ser desrespeitada de 2019 a 2022 e voltou a ser respeitada em 2023. Meu pedido aqui, pela ordem, presidenta, é para alertar as pessoas de que nem tudo o que se fala neste Plenário a gente precisa conversar a respeito. Pais e mães não têm o direito inviolável absoluto de querer que as suas meninas não se vacinem contra HPV e no futuro tenham câncer. “Porque eu não sei por quanto tempo a vacina foi testada”; “porque eu não sei quantas pessoas morreram por causa da vacina”. O que é isso? Plenário não é lugar para se falar em morte por vacina. Nós temos o direito à palavra, o direito ao trabalho parlamentar e temos responsabilidades. Então acho que esse é um debate importante. Gostaria que V. Exa. pudesse debater isso na Mesa da Assembleia, porque usar a TV pública pela qual está sendo feita transmissão ao vivo para dizer da não vacinação, para colocar dúvida depois de uma pandemia! Nós não aprendemos nada, gente, ao vermos as pessoas que morreram porque não conseguiam respirar? E as complicações, o medo que nós sentimos de as nossas mães, as nossas avós terem contato com o vírus antes de a vacina ser disponibilizada e morrerem? Parece que nós não aprendemos nada ou temos o direito de brincar e trazer a política da morte para este Plenário. Então é a minha indignação, presidenta, e nós precisamos conversar sobre isto: se nós temos o direito de vir a este Plenário e dizer isso às pessoas, dizer que elas têm o direito de matar seus filhos, já que é uma escolha delas vacinar ou não. Quando a gente vive em sociedade, as escolhas não são absolutas. A gente vive em sociedade, e há regras que precisam ser coletivas. É por isso que há uma Constituição; é por isso que a gente vive no Estado Democrático de Direito. Eu sei que, no dia 8 de janeiro, quando quebraram, invadiram todos os palácios de todos os Poderes quiseram fazer terra arrasada e fazer com que o negacionismo voltasse. Perderam! O dia 8 de janeiro ficará na história como o dia da derrota daqueles que quiseram acabar com o Estado Democrático de Direito. E, no Estado Democrático de Direito, a gente vacina, quando é obrigatória a vacinação das crianças. Nenhum pai ou mãe tem o direito de optar pela morte ou pela paralisia ou por consequências permanentes na vida dos seus filhos, porque esse direito não é absoluto. A gente vive em sociedade. A preservação da vida é um dever da sociedade, e a ciência preserva a vida. Obrigada, presidenta.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, eu fico com as últimas falas da ilustre colega deputada. Aqui tem que haver regras, e a regra que nos distingue do privado está esculpida no art. 37 da Constituição da República, especialmente nos chamados princípios. Talvez a ilustre colega que me antecedeu não saiba que princípios da administração pública têm mais força do que letra de lei. E assim diz o *caput* do art. 37: “A administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade”. Quando falamos em legalidade, estamos falando em legalidade estrita. Não cabe a nós, deputados, dentro de uma repartição pública chamada Poder Legislativo, dizer que não vamos cumprir a lei. Então, primeiro, há que se cumprir a lei. Lembro ainda que a Lei nº 23.787, de 7/1/2021, lei estadual, garante no Estado a vacinação contra o Sars-CoV-2 causador da covid-19 e dá outras providências. Essa lei foi

votada pela Assembleia, por todos os parlamentares da legislatura passada, e diz o seguinte: “Art. 1º – O Estado garantirá a toda a população o acesso à vacinação contra o Sars-CoV-2 causador da covid-19, observada a obrigatoriedade de registro da vacina na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Parágrafo único...”. Vou repetir bem: “Parágrafo único – A vacinação de que trata o caput será facultativa e gratuita”. Será facultativa e gratuita! E eu posso estar equivocado, mas a ilustre colega também votou essa matéria, assim como eu. Gratuita e facultativa. E, para os primeiros artigos, Sra. Presidenta, da Lei nº 10.406, de 2002, novo Código Civil, a responsabilização pelos filhos é do pai e da mãe. Então, quem sabe o que é melhor para o seu filho, criança e adolescente, é o pai e a mãe. Eu fiz questão de ler aqui o art. 226: “É vedada a intervenção do Estado. Agora, não fui eu que disse isso, não, Eduardo; foi o constituinte originário. Quem sou eu! Eu sou um reles deputado estadual. Quando aqui cheguei, a Constituição já estava vigente há 10 anos. Então o constituinte originário disse: “É vedada a intervenção do Estado na família”. E a assembleia é órgão da administração pública, portanto tem que cumprir princípios. E o primeiro princípio é o da legalidade. E olhe que eu não vou nem tocar no assunto de imunidade parlamentar, a imunidade material e formal, prevista no art. 53. Então essa narrativa que já acompanha um viés ideológico, para mim, não serve, não. Não serve. Eu não vou falar aqui de algo para que eu não tenha respaldo jurídico, constitucional, legal. E nós votamos a lei estadual. Essa lei não saiu do planeta Marte, não; não saiu de nenhum partido político, não. Fomos nós que votamos e adotamos as regras. Agora, na sua família, Eduardo, proveja você o sustento. Na sua família, Eduardo, proveja a educação você. Na sua família, as regras morais são ensinadas por você. A prevenção e a profilaxia nascem no seio da família. Então, Sra. Presidente, estou muito tranquilo para dizer que, em se tratando de regras... E, quando a gente fala em Estado Democrático de Direito, talvez alguém não tenha avisado ainda: é o Estado onde a lei impera. Então, toda vez que ouvirmos a expressão “Estado Democrático de Direito”, significa que é onde a lei impera. A lei aqui fala que a vacina, no Estado de Minas Gerais, é gratuita e facultativa. O Código Civil fala que a responsabilização é dos pais, e o art. 226 da Constituição fala que, em relação à família, o dever é dos pais, não é do Estado. É vedada a intervenção do Estado. Então eu fico muito à vontade para enfrentar esse tema aqui com qualquer pessoa e travar o debate, muito consciente. Eu sou pai de três filhos, Sra. Presidente, um de 31 anos, uma de 27 e um de 3 anos. Eu sei como eu os criei. Eu sei o que fiz para criar os meus filhos e jamais vou permitir que o Estado intervenha na criação dos meus filhos.

O deputado Betão – Obrigado, presidenta. Antes de mais nada, quero cumprimentá-la por estar ocupando a vice-presidência. Se a interpretação do deputado que me antecedeu estiver correta, eu acho que nós temos que modificar essa lei imediatamente. Não se pode permitir que pessoas, que crianças, que idosos, em condições vulneráveis para adquirir covid ou qualquer outro tipo de doença, fiquem submetidos a uma interpretação e possam adquirir essa doença, falecer ou espalhá-la para outras pessoas porque algumas pessoas, já com uma certa idade, que continuam acreditando em *fake news*, queiram passar isso para a sua família. E é o que nós vivemos, muitas vezes, aqui, neste Plenário. A deputada Beatriz está correta. Usa-se do Plenário da Assembleia, da TV pública de qualidade, que é vista por milhares de pessoas em Minas Gerais, deputado, para se propagarem *fake news* sobre todo tipo de assunto. Essa política perdeu, gente. Eu acho que a direção da Casa... Nós temos que debater efetivamente aqui se notícias falsas podem ser proferidas numa TV pública dessa qualidade e com essa envergadura. Este é um debate que precisamos fazer aqui, porque não é possível mais que deputados e deputadas venham aqui trazer *fake news* e espalhar a notícia para a população de Minas Gerais. Deputada, presidenta, eu vim aqui para lembrar, como foi dito também pelo presidente do nosso partido, deputado Cristiano, que, no dia 13 fevereiro, o PT – Partido dos Trabalhadores – completa 43 anos de existência. O partido foi criado durante a ditadura militar para combater as desigualdades sociais, para combater a ditadura militar neste país e percorreu todas as eleições presidenciais desde 1989. Em todas, esteve no segundo turno. Ganhou, antes do golpe, quatro eleições consecutivas, sofreu um golpe em 2016 e depois um golpe em 2018, com a prisão de Lula e com a impossibilidade de ele ser candidato. Mesmo assim, chegamos ao segundo turno e vencemos novamente agora, em 2021. Então, é um partido de que me orgulho muito de pertencer desde 1984, quase desde a sua fundação até os dias de hoje. E quero lembrar que lá, em Juiz de Fora, minha terra, nós teremos a comemoração encaminhada pela direção municipal do Partido dos Trabalhadores. Eu lhe agradeço, deputado.

O deputado Doutor Jean Freire – Deputada Leninha, na posição de médico, eu não poderia me esquivar, deixar de falar sobre o tema. E nós falamos aqui sobre imunidade, imunidade parlamentar. A gente pode usar a tribuna e falar aquilo que pensamos. E a imunidade biológica, como fica? A gente usar desse espaço para fazer propagação contra a imunidade biológica... Eu estava conversando com a deputada Lohanna, Leleco. Acho que, na minha próxima fala, eu vou trazer o cartão de vacinação e usar essa TV para falar disso. Eu acho que foi tão propagado... Provavelmente há muito político – e eu não quero dizer que é o caso dos que me antecederam aqui – que falam contra a vacinação, e se vacinou. Eu acho inclusive que deveria ser público o nosso cartão de vacinação. Muitas vezes a gente usa desse espaço e de tantos outros para falar contra a vacinação, mas é interessante porque, quando falam contra a vacinação, generalizam e falam contra todas as vacinações, não é? De repente, uma mãe que tenha escutado isso aqui agora e que estava indo ao posto pode pensar: “Não, não vou levar meu filho para se vacinar. Eu estava indo para o posto vaciná-lo nos primeiros meses de vida, mas não vou levar meu filho para se vacinar, não”. Por isso eu quero terminar minha fala dizendo para as mães, para os pais, para aquelas que estão dando à luz agora, e não só em relação às crianças mas também aos outros que têm de se vacinar de tantas patologias: vacinem os seus filhos, vacinem-se. Vacinar é uma atitude de amor. Vacinar não é pensar só em você, é pensar no próximo, é pensar no outro. Eu enfrentei a pandemia, eu me contaminei, eu me contaminei antes da vacinação. Eu me contaminei por duas vezes, toda a minha família se contaminou. Está provado, e provado mais vezes ainda, que, com a vacinação, diminui-se, sim, o índice de infecção, diminuiu-se a mortalidade. Isso é científico. Queria eu que todos os pais soubessem o que é melhor para os seus filhos. Mas não é verdade, não é verdade. Muitas vezes, nem eu sei o que é melhor para o meu filho, para minha filha. E não digo isso: “Que vergonha eu não saber o que é melhor!. Muitas vezes, é o pediatra que vai saber o que é melhor, é a pediatra que vai saber o que é melhor. É ele que vai saber o que é melhor. Por isso, eu fico com a resposta da pureza das crianças: vacinem-se.

A deputada Bella Gonçalves – Eu acho importante que, no campo da discussão sobre as *fake news*, a gente também consiga debater aqui legislações, porque foi dito que a Constituição Federal permite que as crianças sejam tratadas como coisa, como propriedade de pai e mãe. Isso não é verdade. A Constituição Federal estabelece o princípio da vida, o princípio da dignidade da pessoa humana e, no seu art. 227, coloca que a proteção da criança e do adolescente é dever do Estado. Sem contar também a legislação de proteção da criança e do adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, que, no seu art. 14, coloca expressamente obrigatória a vacinação de crianças nos casos recomendados pelas autoridades. Então eu pedi esta questão de ordem porque muitas vezes aqui a gente tem uma interpretação de legislações infraconstitucionais que desconsideram essas duas legislações, que é a Constituição da República e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que são as legislações que devem nos guiar ao tratar o tema da infância, o tema da adolescência. Queria parabenizar aqui a iniciativa da deputada Beatriz Cerqueira de pedir à Mesa que seja verificado o que pode ser feito quando há uma disseminação de *fake news* aqui, neste microfone, porque parece que o deputado que veio aqui propagar *fake news* e questionar a vacinação utilizou este microfone duas vezes neste Plenário, nesta legislatura. A primeira vez, para propagar a violência política, atacando uma deputada desta Casa, e, a segunda vez, propagando *fake news* sobre vacinação. Então alguma coisa precisa ser feita para que a gente não tenha esse canal público servindo como esgoto. Muito obrigada.

Encerramento

A presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 9, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/2/2020

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Delegado Heli Grilo e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ana Paula Siqueira, declara

aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, informa que não há ata a ser lida por tratar-se da primeira reunião na 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a fiscalização de clínicas particulares voltadas para a internação involuntária de dependentes químicos, bem como as medidas adotadas para coibir possíveis violações, como cárcere privado, trabalho análogo ao escravo e maus-tratos, nesses estabelecimentos. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Câmaras Municipais de Santa Rita do Sapucaí e Cachoeira de Minas, encaminhando as Moções de Repúdio nºs 13 e 12, respectivamente. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social (12/12/2019), e Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 1.740 e 1.978/2019; e da Deputada Delegada Sheila, justificando sua ausência nesta reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. É aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 661/2019 (relatora: deputada Delegada Sheila), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.194/2017, 5.309/2018, 431, 696, 937 e 1.056/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.033/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada audiência pública para debater a regulamentação de produtos à base de *cannabis* sob prescrição médica feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa;

nº 6.219/2020, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Juiz de Fora, para debater o impacto causado pelo consumo de álcool e outras drogas no aumento dos casos de violência doméstica e de feminicídios;

nº 6.222/2020, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a necessidade de campanhas de prevenção do consumo excessivo de álcool e outras drogas, principalmente durante o período de Carnaval;

nº 6.271/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e divulgar, sob a perspectiva da Comissão, a Campanha da Fraternidade de 2020, com o tema “Fraternidade e vida: dom e compromisso”, e o lema “Viu, sentiu compaixão e cuidou dele”, inspirado em Lucas, 10, 33-34.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Patrícia Magalhães, superintendente da Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Supod –, representando a Sra. Soraya Romina dos Santos, subsecretária de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Supod –, Luíza Mara da Silva Lima, coordenadora de Políticas para Pessoas em Situação de Rua e subsecretária de Direitos Humanos, representando o Sr. Thiago Augusto Campos Horta, subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, e Dilma Abreu Rocha, conselheira seccional da OAB – MG e conselheira no Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas; e os Srs. Luciano Moreira de Oliveira, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO-Saúde –, representando o Sr. Antonio Sergio Tonet, procurador-geral de justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – Conead –, Helder Magno da Silva, procurador regional dos direitos do cidadão da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, e Belisário Gomes Pena, delegado regional da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas – Febract. A presidente, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas

taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2020.

Delegada Sheila, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/3/2020

Às 14 horas, comparece na Sala das Comissões a deputada Delegada Sheila, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as dificuldades enfrentadas pelas mulheres quanto ao acesso ao tratamento adequado para dependência química em Minas Gerais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cátia Fernanda Moreira de Paula, presidente da Comissão da Mulher da Subseção OAB-JF; Arlene Motta, coordenadora do Caps-AD em Juiz de Fora; Adriana Cristina de Souza e Silva, assistente social no Hospital Ana Nery, em Juiz de Fora; Elissa Antunes Silveira Durães, gerente-geral de Projetos da Adra-MG; Soraya Romina dos Santos, subsecretária de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Supod; Raissa Loures Novaes, pastora; Wanessa Barbosa, coordenadora das Casas dos Conselhos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora, representando a secretária; Ana do Padre Frederico, vereadora da Câmara Municipal de Juiz de Fora; Maryene Conceição de Paula, gerente do Departamento de Saúde Mental de Juiz de Fora; e os Srs. Charlles Evangelista, deputado federal; Alexander Jorge Pires, presidente do Conselho Municipal de Políticas Integradas sobre Drogas – Compid – de Juiz de Fora; Luiz Carlos de Paula, vigário-geral da Arquidiocese de Juiz de Fora, representando Dom Gil Antônio Moreira, arcebispo metropolitano de Juiz de Fora; José Carlos Dias Vieira, fundador e diretor do Centro de Recuperação Resgatando Vidas; Daniel de Jesus Lage Ribeiro, psicólogo e gestor do Centro de Recuperação Vida Viva; e João Kennedy Ribeiro e Júlio Obama Junior, vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões 15 de junho de 2020.

Delegada Sheila, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DE DIREITOS HUMANOS, DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE E DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/6/2021

Às 14h13min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Professor Wendel Mesquita, Zé Guilherme e Professor Cleiton, membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; as deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Leninha, Beatriz Cerqueira e Laura Serrano, membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; as deputadas Andréia de Jesus, Leninha e Beatriz Cerqueira e os deputados André Quintão, Betão e Zé Reis, membros da Comissão de Direitos Humanos; o deputado Zé Guilherme, membro da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude; as deputadas Ana Paula Siqueira e Beatriz Cerqueira e os deputados André Quintão e Betão, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Sávio Souza Cruz, Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva e

Guilherme da Cunha. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Wendel Mesquita, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião dessas comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e prestar informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, com destaque para as ações adotadas no enfrentamento da pandemia de covid-19 e na mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento estruturado para a retomada das atividades rotineiras. A presidência interrompe os trabalhos da comissão para ouvir a Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social. As deputadas e os deputados procedem à arguição da secretária, conforme consta das notas taquigráficas. Retiram-se as deputadas Ana Paula Siqueira e Andréia de Jesus e os deputados André Quintão, Betão, Zé Reis, Zé Guilherme, Sávio Souza Cruz, Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva, Guilherme da Cunha e Professor Cleiton. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Compõem o quórum de votação as deputadas Beatriz Cerqueira e Celise Laviola e o deputado Professor Wendel Mesquita, pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; as deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira e o deputado Professor Wendel Mesquita, pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; as deputadas Leninha, Beatriz Cerqueira e Celise Laviola, pela Comissão de Direitos Humanos; as deputadas Beatriz Cerqueira e Celise Laviola e o deputado Professor Wendel Mesquita, pela Comissão de Esporte, Lazer e Juventude; e as deputadas Leninha, Beatriz Cerqueira e Celise Laviola, pela Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.265/2021, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a imediata instalação, no Município de Buritizeiro, de equipamentos de proteção de mulheres, como o Centro de Referência de Defesa e Proteção à Mulher;

nº 9.274/2021, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os estudos e as análises que subsidiaram a decisão de redução do montante de recursos disponibilizados para a execução dos serviços dos Centros de Referência em Direitos Humanos – CRDHs; em hipótese de manutenção da redução dos recursos, sobre a forma como a Secretaria Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pretende propor alternativas, na realização das atividades essenciais, sem perder a qualidade da equipe técnica, sem precarizar os serviços e violar direitos de profissionais, sem prejudicar ações e as entregas finais no atendimento das demandas da população; sobre a previsão da Sedese para implantar equipamentos de proteção das mulheres, como o Centro de Referência de Defesa da Mulher para o Município de Buritizeiro e outros municípios do Norte de Minas, onde os níveis de violência e feminicídio são alarmantes; sobre a previsão de depósito dos recursos nas contas das instituições vencedoras do Edital de Chamamento Público Sedese nº 7/2021, processo de seleção pública de organização da sociedade civil para celebrar termo de colaboração que tem como objeto a implementação e manutenção das atividades dos CRDHs;

nº 9.275/2021, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre quando serão retomados os processos de regularização fundiária dos povos e comunidades tradicionais que estão sendo debatidos e acompanhados pela Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG;

nº 9.276/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas de inclusão produtiva para os catadores de materiais recicláveis e a população de rua que foram previstos pela secretaria da qual é titular em respostas a requerimentos oriundos da Assembleia Fiscaliza de 2020;

nº 9.277/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações detalhadas sobre a economia popular solidária e quais são as medidas e projetos para o fomento e a manutenção dos empreendimentos solidários desenvolvidos e previstos para 2021;

nº 9.278/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a execução das seguintes emendas populares aprovadas ao orçamento de 2021: implantação do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis; construção, reforma e melhorias de unidades habitacionais (Housing First) para a população de rua; promoção dos jogos indígenas e o fomento aos empreendimentos da economia popular solidária;

nº 9.279/2021, do deputado Celinho Sintrocél, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas que foram adotadas pelo governo do Estado visando ao fomento do trabalho, da economia popular solidária, da articulação de trabalho e emprego e da criação de frentes de trabalho para o período de pandemia;

nº 9.280/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a ampliação de vagas ofertadas para o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes, especificando-se quantas vagas foram abertas no âmbito do Estado pelos municípios e pelo Estado (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social), uma vez que se trata de equipamento de alta complexidade, conforme regulação do Sistema Único de Assistência Social – Suas –, e considerando-se ainda que o Ministério da Cidadania disponibilizou recursos para tal acolhimento;

nº 9.281/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o Plano Estadual de Combate à Pobreza, detalhando a execução e ações implementadas, considerando-se o compromisso assumido pela secretária na última edição do Assembleia Fiscaliza em 2020;

nº 9.282/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o uso dos recursos alocados no Fundo Estadual do Trabalho, sua destinação detalhada para fazer frente ao desemprego crescente, agravado pela crise sanitária, e as medidas de fomento desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social para a manutenção do emprego formal;

nº 9.283/2021, do deputado Celinho Sintrocél, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre quais são os projetos de geração de emprego e renda, desenvolvidos no Estado, financiados ou executados por entidades, tais como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae –, Banco do Brasil – BB –, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, Caixa Econômica Federal – CEF –, Bradesco S.A. e outras, bem como os seus escopos, os valores já dispensados e aqueles programados e os devidos cronogramas;

nº 9.284/2021, do deputado Celinho Sintrocél, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os resultados detalhados do projeto Trajeto Renda, indicando o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho e em que setores da economia;

nº 9.285/2021, do deputado Celinho Sintrocél, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de cursos de qualificação ofertados ou previstos para 2021, especificando-se a modalidade dos cursos, o número de vagas, as vagas por região do Estado, bem como o montante e a fonte dos recursos alocados no programa, total de alunos que concluíram cursos de qualificação profissional em 2020 e de alunos inseridos no mercado de trabalho;

nº 9.286/2021, do deputado Celinho Sintrocél, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações, de maneira detalhada, sobre os resultados dos programas empreendidos pelo Estado para o enfrentamento do desemprego;

nº 9.287/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que se dê início a discussão dentro do governo sobre a construção de um plano estadual de desenvolvimento social e econômico como instrumento para combater os efeitos de longo prazo da pandemia de coronavírus;

nº 9.288/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH –, inclusive no que se refere ao número de pessoas atendidas e recursos previstos para a manutenção do programa no ano de 2021;

nº 9.289/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca de campanhas, ações e programas de combate ao racismo e de enfrentamento da desigualdade racial, aprofundada durante a pandemia de covid-19;

nº 9.290/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca da manutenção dos Centros de Referência de Direitos Humanos e de possíveis impactos na continuidade dos respectivos atendimentos, bem como sobre os recursos empenhados ou previstos para a manutenção desses equipamentos no ano de 2021;

nº 9.291/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca da atuação da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, especialmente sobre como a secretaria tem garantido a estrutura, tanto de recursos humanos quanto financeiros, para o seu pleno funcionamento;

nº 9.292/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre projetos ou ações desenvolvidas pela pasta para apoiar ou coordenar os municípios nos atendimentos à população em situação de rua, especialmente nas regiões de maior vulnerabilidade social do Estado, considerando-se o exponencial aumento desse público e a imprescindibilidade dos serviços, especialmente no contexto da pandemia de covid-19;

nº 9.293/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para assegurar a proteção das aldeias indígenas do Norte de Minas, especialmente da aldeia Xakriabá, que teve a biblioteca, a secretaria da escola indígena, que fica na Aldeia Barreiro Preto, e a casa de medicina tradicional incendiadas em 24/6/2021;

nº 9.294/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das medidas adotadas por esta secretaria para prover a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente de recursos financeiros e humanos necessários para sua atuação eficaz e resolutiva, bem como sobre o planejamento de atuação da referida mesa para o período pós-pandemia;

nº 9.295/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a criação de um plano estadual de atendimento à população em situação de rua, nos moldes do atual programa Canto de Rua, de maneira a fortalecer e ampliar as ações destinadas aos municípios e, sobretudo, à Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 9.296/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de assinatura de convênio para continuidade do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM –, entre o Estado e o governo federal, visando ao enfrentamento da letalidade infanto-juvenil e à preservação da vida de crianças e adolescentes ameaçados de morte;

nº 9.297/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que, em articulação com a Secretaria de Estado de Saúde, seja discutido junto ao Coes Minas Covid-19 a inclusão, no grupo prioritário para a vacinação contra covid-19, dos trabalhadores do Suas;

nº 9.298/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações acerca das destinações detalhadas dos recursos alocados no Fundo Estadual do Trabalho, tendo em vista o aumento do desemprego, agravado pela crise sanitária decorrente da pandemia de covid-19;

nº 9.299/2021, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para fortalecer o programa de inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei Federal nº 8213, de 1991, e no Decreto Federal nº 9.508, de 2018;

nº 9.300/2021, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para identificar as pessoas com deficiência e com doenças raras no Estado, de modo a contribuir para a sua inclusão social e produtiva.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2021.

Zé Guilherme, presidente – Beatriz Cerqueira – Zé Reis – Celinho Sintrocel.



LEITURA DE COMUNICAÇÕES

LEITURA DE COMUNICAÇÕES

– O presidente deu ciência ao Plenário, na 4ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, em 9/2/2023, das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Bancadas do Partido Liberal e da Federação PSDB – Cidadania e pelas Representações Partidárias Patriota, Partido Democrático Trabalhista, Movimento Democrático Brasileiro, Partido Socialista Brasileiro, Solidariedade e Partido Republicano da Ordem Social – informando a constituição do Bloco Avança Minas e indicando o deputado Gustavo Santana como líder do referido bloco; e pelas Bancadas do Progressistas e do Partido Social Democrático e pelas representações partidárias Republicanos, Podemos, Partido Social Cristão, Partido Novo, Partido da Mobilização Nacional, União Brasil e Avante – informando a constituição do Bloco Minas em Frente e indicando o deputado Cássio Soares como líder do referido bloco (Ciente. Publique-se.).



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 8/2/2023, a seguinte comunicação:

Do deputado Duarte Bechir em que notifica o falecimento de Francisco Aristeu Pereira, ex-prefeito do Município de São Tiago, ocorrido em 8/2/2023, em São Tiago. (– Ciente. Oficie-se.)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/2/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 3/2/2023, que nomeou Cesar de Assis Sabino, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocel;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 1/2/2023, que nomeou Daniel Henrique de Souza dos Santos, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bim da Ambulância;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 1/2/2023, que nomeou Marcos Mendes Trindade, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bim da Ambulância;

exonerando Cleomar Quintal Ramos, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocél;

exonerando Danilo Andrade Campos, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada;

exonerando Gabriel Albuquerque Amaral Pinal, padrão VL-32, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocél;

exonerando Jacó Souza Soares, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

exonerando Simone Abuid Moreira, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocél;

nomeando Agmar Pereira Lima, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos;

nomeando Alneir Fernando Santos Maia, padrão VL-39, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Analice Alcântara Pereira de Moraes, padrão VL-44, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando André Luiz de Castro Ferreira, padrão VL-41, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Antonio Ricardo de Rezende Neto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Antonio Rogério dos Reis, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Caporezzo;

nomeando Arnóbio Barbosa Nascimento, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos;

nomeando Carla Cristiane Madeira Rocha de Paula, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Carlos Alberto Ramos de Faria, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Carlos Mauricio de Aguilar, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Caroline Caldeira Nunes, padrão VL-50, 8 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Cláudia Campolina Moraes, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Danielle Mendes Pereira, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Danilo Andrade Campos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Edwaldo Sérgio dos Anjos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Emilio Cassimiro Roque, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Flávia Rafaela Gomes Goddard, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Francisco Eduardo Moreira, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Geraldo Gonçalves do Vale, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Gilberto Ferreira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Gláucia Meirelles Santos, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Helder de Oliveira Rezende, padrão VL-56, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Hugo Raimundo Openheimer, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Jacó Souza Soares, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Jaqueline Santos da Silva, padrão VL-46, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando João Batista Ferreira, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando José Donizete Godinho Lima, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando José Maria da Silva dos Anjos, padrão VL-45, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando Josemar Augusto do Prado Oliveira, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Júlio Cesar Peron, padrão VL-53, 8 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Júlio César Gomes, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Junia Duarte Ferraz Demetrio, padrão VL-53, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Junia Maria Veloso Ferreira, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Laercio Marinho Dias, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Lais de Carvalho Paulinelli, padrão VL-54, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Luciana Alberto de Almeida, padrão VL-36, 4 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Luiz Filipe Martins de Campos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Luiza Alves Xavier, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Maria Angela Fernandes, padrão VL-48, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Maria Clara Santos Saraiva, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos;

nomeando Maria de Fátima Rajão Costa e Coelho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Maria de Lourdes Moura Barulli, padrão VL-51, 8 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Neila Maria Batista Afonso, padrão VL-45, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Nivaldo Donizete Muniz, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Paula Beatriz Romano Borelli, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Paulo César do Nascimento, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Pedro Augusto Pinheiro, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Raquel Tavares Morato Moreira, padrão VL-13, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Caporezzo;

nomeando Regina Pinto Duarte de Freitas, padrão VL-52, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Reginaldo Antônio de Araújo, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Rita de Cássia Moreira Lima Vilela, padrão VL-48, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Rosângela Araújo Kangussu, padrão VL-25, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Rui da Luz Moreira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Sérgio Cássio Torres Silva, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Sérgio de Carvalho do Carmo, padrão VL-56, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Sergio Elian Moreira, padrão VL-14, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Sheila Cristina de Jesus, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Silvana Vasconcelos de Oliveira Souza, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Silvania Ferreira Gonçalves, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Simeão Celso de Oliveira, padrão VL-45, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Tarsila da Silva Araújo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Vânia Lúcia Guimarães de Lima Carvalho, padrão VL-56, 6 horas, com exercício na Presidência;
nomeando Vinícius Almeida Ribeiro, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;
nomeando Wallace de Souza Maia, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;
nomeando Zenon Martins Silva, padrão VL-56, 6 horas, com exercício na Presidência.

**IPLEMG**

ATO DA DIRETORIA

O presidente do Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg –, no uso de suas atribuições, nos termos regulamentares e verificadas as condições previstas na legislação, assinou os seguintes atos:

Concedendo, a pedido, o benefício de aposentadoria, na qualidade de exercentes de mandatos eletivos, com proventos limitados ao período contributivo ao Iplemg, nos termos da legislação então vigente, seu estatuto, conforme disposto nos arts. 37 da Lei Complementar nº 140, de 12 de dezembro de 2016, e 143 (ADCT) da Constituição do Estado, aos seguintes segurados:

Nº Benefício	Beneficiário	CPF	Data de Vigência
12.195	André Quintão Silva	426.688.756-68	1º/2/2023
11.165	Arlete Gonçalves Santos Magalhães	518.982.686-49	1º/2/2023
7.758	Carlos Welth Pimenta de Figueiredo	233.339.526-53	1º/2/2023
2.267	Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira	456.356.336-68	1º/2/2023
9.655	Dalmo Roberto Ribeiro Silva	063.166.206-59	1º/2/2023
15.265	Inácio Franco	127.252.856-15	1º/2/2023
7.766	João Leite da Silva Neto	253.823.496-49	1º/2/2023
1.832	Luiz Sávio de Souza Cruz	359.815.396-15	1º/2/2023
7.773	Olavo Bilac Pinto Neto	524.788.746-87	1º/2/2023

Concedendo, a pedido, o restabelecimento do benefício de aposentadoria, na qualidade de exercente de mandato eletivo, com proventos limitados ao período contributivo ao Iplemg, nos termos da legislação então vigente, seu estatuto, conforme disposto nos arts. 37 da Lei Complementar nº 140, de 12 de dezembro de 2016, e 143 (ADCT) da Constituição do Estado, ao seguinte segurado:

Nº Benefício	Beneficiário	CPF	Data de Vigência
5.905	Hely Tarquínio	007.942.366-34	1º/2/2023

Iplemg, 7 de fevereiro de 2023.

Gerardo Renault, presidente.

**ERRATAS**

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/2/2020

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/2/2020, na pág. 84, após o resumo do Requerimento nº 6.323/2020, acrescente-se o seguinte:

“nº 6.386/2020, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Juiz de Fora para debater as dificuldades enfrentadas pelas mulheres quanto ao acesso ao tratamento adequado para dependência química em Minas Gerais.”.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/12/2022

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/2/2023, na pág. 17, onde se lê:

“Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É aprovado o Relatório Final do Fiscaliza Mais 2022, com o tema escolhido “Acompanhamento das políticas de prevenção e diagnóstico de neoplasias malignas”, com os seguintes desdobramentos:”, leia-se:

“Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:”.

E, na pág. 18, após o resumo do Requerimento nº 13.563/2022, acrescente-se o seguinte:

“Em seguida, é aprovado o Relatório do Fiscaliza Mais 2022.”.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/2/2023

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/2/2023, na pág. 2, sob o título “Ofícios”, onde se lê:

“Do Sr. Ederson Alves da Silva Lourdes Aparecida Machado, presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – Cesmg –”, leia-se:

“Do Sr. Ederson Alves da Silva, presidente do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – Cesmg –”.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/2/2023

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/2/2023, na pág. 8, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 1/2023, onde se lê:

“deputado Celinho Antrocele”, leia-se:

“deputado Celinho Sintrocel”.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/2/2023

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/2/2023, na pág. 8, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 116/2023, onde se lê:

“deputado Peleco Pimentel”, leia-se:

“deputado Leleco Pimentel”.